



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

MESTRADO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A relação da Educação Ambiental com o processo de formação das lideranças  
comunitárias na pesca artesanal no sul do Rio Grande do Sul

FELIPE DA SILVA JUSTO

ORIENTADORA: PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> LÚCIA F. S. DE ANELLO

Linha de Pesquisa: Educação Ambiental Não-Formal

RIO GRANDE, 2021

FELIPE DA SILVA JUSTO

**A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM O PROCESSO DE FORMAÇÃO  
DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS NA PESCA ARTESANAL NO SUL DO RIO  
GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, como requisito à obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental – área de concentração: Educação.

**Orientadora:** Profa. Dra. Lúcia de Fátima Socoowski de Anello.

**Linha de Pesquisa:** Educação Ambiental Não Formal (EANF).

RIO GRANDE – RS

2021

## Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Taís Amorim, CRB 10/2547

J96 Justo, Felipe da Silva

A relação da Educação Ambiental com o processo de formação das lideranças comunitárias na pesca artesanal no sul do Rio Grande do Sul / Felipe da Silva Justo. - Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2021.

102 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, 2021.

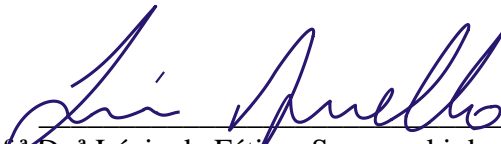
Orientação: Dra. Lúcia de Fátima Socoowski de Anello.

1. Educação Ambiental Crítica. 2. Formação de lideranças. 3. Pesca artesanal. 4. Processos formativos. I. Lúcia de Fátima Socoowski de Anello. II. Título.

## **FELIPE DA SILVA JUSTO**

*A relação da Educação Ambiental com o processo de formação das lideranças comunitárias na pesca artesanal no sul do Rio Grande do Sul*

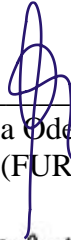
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia de Fátima Socoowski de Anello  
(PPGEA/FURG)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Dione Kitzmann (PPGEA/FURG)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Odete da Rosa Pereira  
(FURG)



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danieli Veleda Moura  
(USP)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, Juliana, Sueli e Nicole, apoiadoras e incentivadoras da minha jornada, que nunca mediram esforços para me ajudarem, seja com uma palavra de acalento nos momentos de dificuldade e desespero, seja com suporte financeiro, quando as coisas ficavam difíceis lá pelo fim do mês. Gratidão!

Agradeço aos amigos e amigas que me encontraram e que encontrei, pessoas que ajudaram muito nos momentos bons e ruins, durante o período da pesquisa e escrita dessa dissertação. Cito apenas alguns, em especial os que estiveram presencialmente próximos nesse período: Fábio, Ingrid, Nide, Bruno, Ângelo, Nati, Pipi, Filipi, Andrei, Ivandro, Ana. Os amigos e amigas do PPGEA (Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental), Rafaela, Willian Kátia, Fernanda, Ederson, Anderson e os demais não nominados, mas que participaram do processo.

Gratidão à minha companheira, amiga e namorada, que foi essencial no meu desenvolvimento enquanto pesquisador e pessoa. Aprendi muito e entendo que ainda há muito para aprender, que as coisas precisam ser feitas aos poucos, passinhos de bebê, e tomando muita água para se hidratar. Muito feliz por tudo que construímos, Clara!

Agradeço ao acolhimento da minha orientadora, que mesmo diante de um orientado sob o “pálio” da autonomia, me acolheu, me deixou ir atrás das minhas crenças e soube recepcionar minhas dúvidas e erros, quando tudo que eu acreditava ser fato se tornou incerto.

Agradeço à banca, que contribuiu para o melhor resultado dessa pesquisa, utilizando seu tempo para oferecer os direcionamentos adequados à uma boa pesquisa. À Maria Odete, que foi minha referência bibliográfica desde o primeiro rascunho do anteprojeto para a seleção do mestrado, à Dione, que atenciosamente cuidou da forma e apontou possibilidades que poderiam compor o trabalho, e à Danieli, que emprestou sua visão da Z-3 para que fosse possível entender os processos e as pessoas.

Agradeço à CAPES pela bolsa e às políticas públicas que facilitaram o acesso de pessoas com baixa renda a se manterem enquanto realizam suas pesquisas, sendo assim, essencial para a manutenção de inúmeros estudantes no país.

É PRECISO AGIR

Primeiro levaram os negros  
Mas não me importei com isso  
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários  
Mas não me importei com isso  
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis  
Mas não me importei com isso  
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados  
Mas como tenho meu emprego  
Também não me importei

Agora estão me levando  
Mas já é tarde.  
Como eu não me importei com ninguém  
Ninguém se importa comigo.

**Bertolt Brecht (1898-1956)**

## **RESUMO**

O trabalho objetivou compreender a formação social das lideranças na pesca artesanal, no território dos municípios da Lagoa Mirim e do estuário da Lagoa dos Patos. Embasado na teoria da educação ambiental crítica e no materialismo histórico, por meio de entrevistas semiestruturadas às lideranças, revisão bibliográfica, e a observação do pesquisador, percebendo as relações humanas e sociais que influenciam e consolidam as formações de lideranças. Entender como se dá o processo formativo das lideranças é um modo de se compreender, na perspectiva freiriana, a forma como se manifestam essas relações sociais e ambientais entre os sujeitos da pesca artesanal e suas comunidades. Os resultados foram obtidos das falas das lideranças entrevistadas, que com suas diferentes localizações, manifestaram as mesmas dificuldades na atividade e os mesmos anseios para o futuro da classe pesqueira. Concluímos que o processo formativo dessas lideranças ocorre após a sua constituição enquanto sujeito da pesca artesanal, que diante da insatisfação com a situação que estava vivendo, busca fazer algo para modificar a realidade que se encontrava, de forma que alcança a liderança e se depara com a realidade institucional da atividade.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental Crítica; Formação de lideranças; Pesca artesanal; Processos formativos.

## **ABSTRACT**

The study aimed to understand the social formation of leaders in artisanal fishing in the territory of the municipalities of Lagoa Mirim and the estuary of Lagoa dos Patos. Based on the theory of critical environmental education and historical materialism, through semi-structured interviews with leaders, literature review, and the observation of the researcher, realizing the human and social relationships that influence and consolidate the formation of leaders. Understanding how the training process of leaders takes place is a way of understanding, from the freirean perspective, how these social and environmental relationships are manifested between artisanal fishing subjects and their communities. The results were obtained from the statements of the interviewed leaders, who with their different locations, expressed the same difficulties in the activity and the same aspirations for the future of the fishing class. We conclude that the training process of these leaders takes place after their constitution as a subject of artisanal fishing, who, faced with dissatisfaction with the situation they were experiencing, seeks to do something to change the reality that they were in, so that they reach the leadership and are faced with the institutional reality of the activity.

**Keywords:** Critical Environmental Education, Leadership training; Artisanal fishing; Formative processes.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Território do complexo lagunar e estuarino Patos-Mirim.....	27
Figura 2: Lagoa dos Patos .....	50
Figura 3: Lagoa Mirim .....	51

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Número de beneficiários do seguro defeso .....	54
---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Localidades e Lideranças.....	28
Quadro 2 Perfil das lideranças entrevistadas.....	28
Quadro 3 Perguntas e Elementos investigativos.....	29

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP: Ação Civil Pública

CIDIJUS: Grupo de Pesquisa Cidadania, Direitos e Justiça

DPU: Defensoria Pública da União

EMAJ: Escritório Modelo de Assistência Jurídica

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

FURG: Universidade Federal do Rio Grande

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA: Ministério do Meio Ambiente

MP: Medida Provisória

MPF: Ministério Público Federal

NUDESE: Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico

PATRAM: Patrulha Ambiental

PPGEA: Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

RGP: Registro Geral de Pesca

SEAP: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca

SISU: Sistema de Seleção Unificado

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	14
OBJETIVOS .....	23
1. A PESQUISA E SEUS PROCEDIMENTOS.....	24
1.1. Aspectos Éticos .....	24
1.2. Aspectos teóricos metodológicos .....	26
1.3. Método, Metodologia, Entendimento de Ciência e Visão de Mundo.....	32
2. POR QUE, QUEM, ONDE E O QUE.....	41
2.1. Sujeitos da pesca artesanal e suas práticas sociais.....	41
2.2. Características: Território e Pesca Artesanal.....	48
3. Com a palavra os pescadores .....	60
3.1. Constituição e formação na pesca: redes e relações para a liderança..	60
3.2. Possibilidades: fazer com e não em nome do pescador.....	70
3.3. Questões Emergentes .....	80
4. Educação Ambiental na ou com a pesca artesanal? .....	83
4.1. Aspectos políticos da Educação Ambiental .....	83
4.2. Olhares da Educação Ambiental Crítica sobre a Pesca Artesanal .....	86
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	96

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Quando não se vive em uma sociedade que valoriza a Educação, seguir nos estudos não é algo que as famílias costumem incentivar. Quando há incentivo, é por conta de existir um familiar que tenha estudado e conseguido ter sucesso. Tenho bem marcado em minhas lembranças isso, quando após noticiar aos meus familiares que havia conseguido ingressar no curso de Direito na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, meu progenitor questionou da viabilidade de tal pretensão, uma vez que eu poderia continuar trabalhando na roça com ele.

Nesse período entre a minha infância e juventude, na cidade de Dom Pedro de Alcântara - RS, havia a necessidade de dividir o tempo entre ir à escola, ajudar na lavoura e ser criança, de forma que o tempo passou rápido, e logo estava concluindo o ensino médio e pensando sobre o que faria do futuro, uma vez que a vida na roça é sofrida e estudando eu poderia viver melhor, com mais comodidade, ganhando mais que meus pais.

Por existência de políticas públicas, como ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) e SISU (Sistema de Seleção Unificado), consegui ingressar na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no primeiro ano que a seleção foi nacional e utilizando a nota do ENEM. Pensar na importância de políticas públicas é natural, pois não havia condições de viver em outra cidade, oportunidade que obtive ao residir na Casa do Estudante, outra política pública, que visa garantir a permanência de estudantes hipossuficientes na graduação e pós-graduação.

Em minha trajetória do início do mestrado até o momento, consolidei alguns saberes, mas com absoluta tranquilidade, admito que desconstruí muitas certezas, em especial, acerca das Colônias de Pesca. Em um primeiro contato, o qual ocorreu por conta da atividade na Defensoria Pública da União - DPU, acreditava que apenas o fortalecimento das Colônias de Pescadores seria suficiente para garantir os direitos da classe à qual representa, de modo que escrevi artigos nesse sentido, e no decorrer das leituras, observei que minha percepção estava na superficialidade, pois não era ali que se conseguiria alcançar o fenômeno, apenas os efeitos e ações. Esse processo de alteração do

escopo foi um desvelar pertinente, quando foi possível melhor compreender que o processo é vazio se não for composto de pessoas, pessoas que vivem e labutam, se agitam e não se limitam à estrutura engendrada para dominar, cercar e cercear a classe pesqueira.

Não estou dizendo que as Colônias não atendem aos pescadores e pescadoras, mas que há uma incapacidade de conter toda a classe sob uma estrutura iniciada com intuito diverso (que será explicitado no capítulo seguinte), e que, em muitos casos, ainda arrasta tais vícios em sua atualidade. Um trabalho que muito ajudou nessa desconstrução foi a dissertação “Educação ambiental com pescadores artesanais: um convite à participação”, de Maria Odete da Rosa Pereira (2006), de forma que entendo ser esse convite aberto a todos e todas que acreditem na possibilidade de contribuir, participar, buscando oferecer algo.

Inicialmente, cumpre observar as razões pela qual esse trabalho foi proposto, uma vez que não tenho qualquer proximidade com a pesca, com a reciclagem, associações de bairros e demais lideranças, de forma que isso é, por assim dizer, uma aproximação motivada inicialmente por conta da atividade desenvolvida no ano de 2018, enquanto trabalhava na Defensoria Pública da União.

Naquele período, que compreendeu um ano como contratado terceirizado, em 2019 atuando como estagiário voluntário, em que das inúmeras atividades desempenhadas, tratávamos das questões jurídicas que envolviam os pescadores e pescadoras. Eram situações administrativas das fiscalizações e apreensões realizadas pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e PATRAM (Patrulha Ambiental) e PF (Polícia Federal), que geravam responsabilidades cíveis e penais.

Nesse período, iniciou-se uma grande demanda por seguro desemprego (defeso), o qual, após anos sendo pago regularmente, passa a exigir uma série de documentos e comprovantes, entre eles, o Registro Geral de Pesca – RGP, que deveria ser emitido pela Secretária de Pesca, que por questões orçamentárias, não vinha emitindo. Num cenário de confusão institucional, no qual um órgão demandava a responsabilidade para outro, restava aos pescadores e pescadoras, numa última alternativa antes de desistir de seu direito falimentar, buscar o auxílio jurídico. Alguns procuravam advogados particulares,

empenhando seus poucos recursos, ou então buscavam o Escritório Modelo Assistência Jurídica - EMAJ da FURG, onde eram atendidos pelos alunos do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no projeto de extensão nominado CIDIJUS (Grupo de Pesquisa Cidadania, Direitos e Justiça), o qual vim a participar, enquanto membro do grupo de pesquisa.

Por fim, com a grande demanda e impossibilidade de atender todos que chegavam, o CIDIJUS passou a orientar que os pescadores e pescadoras buscassem a Defensoria Pública da União, que passa então a atender os pescadores de forma ampla. Realizou-se uma força tarefa na instituição, visando levantar dados e números, assim como planos de ação para se dar solução à necessidade demandada pela classe. Assim, iniciaram-se as Ações Cíveis Públicas – ACP's, propostas pela Defensoria e CIDIJUS-EMAJ<sup>1</sup>, que intentavam restabelecer os seguros defesos não pagos por ausência de documentação não emitida pela SEAP – Secretaria Especial de Agricultura e Pesca.

Essas demandas acontecem no momento de retrocesso pós-impeachment da presidenta Dilma (2016), com a aprovação do congelamento dos gastos públicos por 20 anos, durante o mandato de Michel Temer, que quando assume a presidência, inicia agressivamente, cortes e remanejamento de pastas, secretarias e ministérios.

Enquanto esses acontecimentos eram desenrolados do carretel da história, minha trajetória enquanto pesquisador se iniciava, pressupondo que o direito seria capaz de suprir essas demandas, bastando que se fossem efetivadas as políticas públicas previstas em lei. Ingenuidade crer que as leis são prontas, receitas sob medida para atender a necessidade da população, conforme estipulado pelo legislativo.

Isso porque no decorrer da pesquisa, entendi que os processos são viscerais, enquanto a lei é mera reprodução de uma necessidade do que se

---

<sup>1</sup> AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5004717-28.2018.4.04.7101 e 5004435-87.2018.4.04.7101



construiu com lutas, sangue, lágrimas e trabalho incansável de grupos sociais oprimidos, que decidiram dar um basta. Quando Marx e Engels (1998, p. 69) dizem que os proletários do mundo deveriam se unir, tinham a certeza de que essa força – contida nesse gigante entorpecido pelas migalhas do capital e mutilado pelas políticas governamentais que expropriam a classe trabalhadora – , poderia romper com os grilhões e se erguer, decidindo por si o seu futuro.

A classe pescadora nunca pôde se consolidar adequadamente, pois quando fervilhavam pelo mundo os sindicatos e associações, o Estado brasileiro antecipou-se, criando as Colônias de Pesca, que visavam nada menos que garantir a mão de obra “qualificada” para a Marinha. Um pescador era um marinheiro sem uniforme, na percepção daquela instituição. Muito pontual a observação de Luís Geraldo (2004, p. 40-41) ao dizer que:

Até meados do século XIX, os pequenos pescadores no Brasil se submetiam basicamente às legislações, políticas e formas de controle da atividade emanados do poder municipal – câmaras das vilas ou municipais. Cada cidade, vila ou mesmo pequena aldeia possuía suas próprias leis, escritas ou consuetudinárias, que regulavam aspectos ligados ao comércio do pescado, a pesca predatória, ao preço do sal, etc.

[...]

A partir da década de 1840, porém, surgem as primeiras legislações de âmbito nacional para o setor pesqueiro, propostas pelo nascente Estado nacional, o que indicava uma mudança significativa neste sentido. Estas legislações não decorreram sobretudo de motivações econômicas, mas de problemas estratégicos. Elas foram propostas como uma resposta à falta de marinhagem na Armada Imperial, e não por acaso precisamente naquele momento histórico. Questões como a defesa das fronteiras meridionais e da navegação fluvial na região do Prata, como as possíveis confrontações beligerantes com países daquela região – sobretudo Argentina e Uruguai –, como o apresamento de navios brasileiros pela Marinha Britânica em decorrência da proibição do tráfico de escravos ou como conflitos internos que emergiram em formas de revoltas separatistas ou populares – Cabanagem no Pará, Revolta Farroupilha no Rio Grande do Sul, Revolução Praieira em Pernambuco, Sabinada na Bahia – demandaram o aparelhamento bélico da nação emergente e, particularmente, da Marinha de Guerra.

Luís Geraldo (2004, p. 42) segue narrando que após se deparar com dificuldades para preencher as vagas (o alistamento obrigatório passa a existir apenas em 1945, com o Decreto-lei 7343/45, anteriormente a forma de ingresso era sorteio) na Marinha Nacional, o governo opta por “convocar”, à força,

pescadores, para que atuassem como marinheiros, o que não foi bem recebido e gerou algumas insurreições, de forma que exigiu uma solução para a “domesticação”, por meio da

criação do *sistema de representação dos pescadores* – colônias, no nível local, federações de colônias, no nível estadual e confederação geral dos pescadores do Brasil, no nível nacional – que, dessa forma, surgiu não como “um raio num dia de céu azul”, como na famosa frase de Marx, mas como resultado de confrontos dramáticos envolvendo pessoas comuns e oficialidade naval. Foi assim que, diversamente em relação a momentos anteriores, os oficiais da Marinha de Guerra se apresentaram aos pescadores, após 1919, não como algozes que visavam apenas o recrutamento destes para a Armada, mas como “protetores” dos mesmos. Como diz o comandante do “Cruzador do Bem” – o cruzador “José Bonifácio” – Frederico Villar, que fundou pessoalmente boa parte das colônias de pescadores existentes no Brasil entre 1919 e 1923 [...].

Numa breve retrospectiva, o órgão que atenderia aos pescadores e pescadoras artesanais só foi criado em 2003, pela MP (Medida Provisória) nº 103, convertida na Lei 10.683 de 28 de maio de 2003, na era Lula, sendo nominado Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, se consolidando Ministério da Pesca, em 2009, pela Lei 11.958 de 26 de junho de 2009, sendo extinto e vinculado ao Ministério da Agricultura em 2015 e posteriormente realocado para uma Secretaria direta à Presidência, em 2019, por pouco tempo, pois logo retorna ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa.

As sucessivas realocações, do antes ministério e atual secretaria, demonstram o descaso do Governo Federal para com a classe e precarizam o atendimento das demandas dos pescadores e pescadoras artesanais. Assim, durante o ano de 2018, uma das demandas que mais concentrou atenção da Unidade Defensória de Rio Grande foram as ações administrativas e judiciais para o requerimento dos Registros Gerais de Pesca – RGP, oportunidade em que estive imerso nas atividades, atendendo pescadores das cidades de Rio Grande, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar.

Isso tudo apenas para falar acerca da Pesca Artesanal e suas peculiaridades, mas sem nos aproximarmos de fato, dos sujeitos em suas representações, do processo de maturação e surgimento das lideranças, um

processo formativo, dialógico, gestado pelos processos formativos que alimentam pessoas aqui e ali, consolidando, conforme o tempo de cada indivíduo, no despontar de uma liderança que se posiciona, num determinado momento e tempo, contra o sistema que almeja tudo sobrepujar.

Foi durante os atendimentos, assistindo diante de mim, inúmeras dificuldades e precariedades desses pescadores e pescadoras, que precisavam se deslocar por horas até a Unidade da Defensoria, com fome, pois não possuíam condições de se alimentarem na cidade, uma vez que o valor do deslocamento já impactava seus orçamentos, deixando de exercer a atividade, ou como várias vezes relatavam estar deixando de trabalhar.

Era e continuará sendo doloroso ver pessoas se deslocando por diversas vezes, peregrinando por vários órgãos públicos, suplicando que alguém ofereça uma resposta correta e trabalhe para a resolução de seu problema. Por conta disso, buscávamos facilitar os atendimentos, sugerindo o envio de documentos faltosos por aplicativo de mensagem ou e-mail, o que permitia uma celeridade no atendimento e evitava o deslocamento daquela pessoa até a Defensoria para entregar apenas um documento que seria digitalizado e devolvido.

Esses acontecimentos manifestam algo claro, a necessidade da prestação dos serviços de modo eficiente, que bem sabemos, nunca foi preocupação dos governos, e quando foi, não se conseguiu atender a demanda. Nesse contexto, é desesperador ver o desconhecimento que os pescadores e pescadoras artesanais, catadores, agricultores e demais sujeitos não tão evidentes tem acerca de seus direitos e garantias legais, bem como ficava evidente a dificuldade de acessarem os serviços que desejavam, inclusive o relato comum era que não compensava o esforço, pois era tanta burocracia para requerer algo que parecia ser feito para não dar certo, por exemplo, para receber o Seguro-Defeso precisava da RGP, que não era emitida, sendo fornecido apenas um protocolo, sem validade para o INSS.

Com vigência dos efeitos da Reforma Trabalhista do governo Temer, a eleição de Bolsonaro e suas políticas de cortes, e, a reforma da Previdência, temos a atual conjuntura social que afeta toda a sociedade, promovendo um aumento das desigualdades, que já são muitas.

Na contextualização da minha formação enquanto sujeito no mundo, que mesmo após acessar o ensino superior na universidade federal, insatisfeito com a incapacidade do direito (minha formação inicial) em atender minhas crenças, ingressei no mestrado em Educação Ambiental. Por conta de minha origem familiar, filho de pequenos agricultores, obtive alguns conhecimentos e saberes sobre a terra, as árvores, os animais silvestres e domésticos, o maquinário, passando a também compreender e reconhecer a exploração da classe e a impotência da agricultura familiar frente à mecanização, o uso ostensivo de agrotóxicos e outras práticas agressivas para se alcançar produtividade e lucro. Num contexto semelhante, vi os pescadores e pescadoras artesanais, moradores de áreas periféricas, expostos à situações em que vivi enquanto nascido no meio rural, com as mesmas dificuldades que afetam a classe, nesse contexto que se assemelha com a realidade que conheço, busco compreender como se dá o processo de formação das lideranças comunitárias, pesqueiras e de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Assim, após narrados os eventos e situações que me trouxeram ao mestrado e o interesse de compreender essas questões da pesca artesanal, foi produzida essa dissertação, onde se questiona qual a relação da Educação Ambiental com o processo de formação das lideranças comunitárias na pesca artesanal no sul do Rio Grande do Sul.

Não se tenciona dizer sobre o que as pessoas devem fazer para serem ouvidos, mas pelo contrário, promover o questionamento para que elenquem quem deve lhes ouvir, e como podem ser construídos esses espaços de cidadania, garantindo que a classe possa – sendo esta, devidamente representada, de modo que todos e todas estejam libertos de fato e não apenas realocados para o local de opressor, sem que sejam rompidos os paradigmas – efetivamente, dialogar com os setores que são distanciados pela burocracia e entraves linguísticos, já que termos técnicos são utilizados para dificultar a compreensão do ouvinte.

Também se observa a questão do tecnicismo que impera nas relações, visando oprimir e moldar saberes, conforme a vontade do grupo que possui poder para tal. Isso se manifesta na ausência de atenção ao saber social e empírico dos pescadores e pescadoras que se utilizam dessa ciência de sua vida

na labuta diária. Métodos, práticas, compreensões de mundo, uma totalidade de saberes que não são chancelados por diplomas ou certificados, mas que são adquiridos na vida, atendendo as necessidades da classe.

Inicialmente, importa esclarecer que no planejamento da pesquisa se previa realizar visitas exploratórias as comunidades e que não foram possíveis por conta das restrições impostas pela pandemia do CORONAVÍRUS-19, que assola o planeta, e assim, foi necessário realizar a pesquisa remotamente, o que implicou na ausência de contato do pesquisador com os locais de pesca e atividades dos pescadores. Tal ausência se justifica por conta da necessidade de evitar a exposição dos sujeitos à contaminação, pois seriam várias visitas a locais diferentes.

Portanto, na leitura do *Capítulo 1*, iremos discorrer acerca da metodologia para a realização da pesquisa, seus aspectos éticos teóricos, na qual iremos definir o modo de realizar as entrevistas, o que será perguntado e o porquê de ser perguntado, como se dará a análise dessas falas, os sujeitos, os territórios.

Na sequência, iremos debater acerca do método e o entendimento do que é ciência, quais os critérios que compreendemos necessários para chancelar algo como ciência e questionamento acerca da herança positivista no meio acadêmico, que renega tudo que não se cobre da ritualística do método clássico.

Para dizer o que se quer, se faz necessário explicar quem se é, e assim, debatemos sobre o sujeito pesquisador, motivações e vontades, na construção desse trabalho, assim como a proximidade com a causa em si, por acreditar que é possível fazer algo para melhorar e ressignificar essas relações na pesca artesanal.

Seguindo na escrita, no *Capítulo 2*, debatemos sobre os sujeitos da pesca artesanal, quem são, como se formam, onde nascem, como/com quem/o que aprendem sobre o ofício, bem como discutimos sobre os territórios e o processo de disputa para garantia da hegemonia de suas atividades no local, para garantia de qualidade de vida e continuidade da tradicionalidade do modo de viver.

Adiante, se caracteriza a pesca e suas múltiplas facetas, no território que compreende o complexo lagunar Patos-Mirim. Apontar as espécies capturadas no território, o processo de captura, os embates jurídicos e políticos, como se percebe a disputa pelo controle dos espaços decisórios e como é para a classe perceber que além de pescar, também precisam lidar com predadores sem escrúpulos que desejam retalhar a classe, cerceando direitos e prejudicando a qualidade ambiental do território.

No *Capítulo 3*, realizamos a análise das entrevistas com as lideranças masculinas da pesca, dialogando com suas falas, para compreender os processos formativos e constitutivos dos sujeitos, suas percepções de mundo, anseios e questionamentos, assim como questões emergentes que são elencadas acerca do futuro da pesca artesanal no complexo lagunar Patos-Mirim.

Por fim, no *Capítulo 4* trançamos os fios dialógicos do texto ao pontuar que toda a narrativa está conectada à Educação Ambiental, com embasamento teórico do materialismo histórico. Essa Educação Ambiental que permeia os capítulos anteriores é exposta em evidência, lhe sendo dedicada a apropriada explanação, bem como preparando o fechamento desta dissertação.

Nas considerações finais é realizado o alinhamento dos objetivos com o corpo da pesquisa, na apresentação das conexões entre os objetivos e capítulos, conforme as compreensões do pesquisador.

## OBJETIVOS

Esta pesquisa almeja contribuir para o entendimento dos processos formativos de diferentes sujeitos dentro dos grupos sociais que se deparam com situações em que resta apenas resistirem mediante os desmandos Governamentais e Capitalistas. Compreender como se dá o processo formativo das lideranças, que se reúnem e fortalecem os laços comunitários, alicerçando os diálogos com as instituições, respaldando as ações do grupo num viés que se encaixe com as exigências burocráticas, sem perder o foco e o objetivo no bem-estar da comunidade.

Entendemos que uma causa dispersa, sem a adequada aglutinação, sujeitos dispersos diante a insaciável truculência do Capital, que atrela seus objetivos à administração pública que, direta ou indiretamente, se encontram relacionados com a atividade e demandas oriundas das comunidades.

Nesse sentido, o **objetivo geral** da pesquisa consiste em *compreender como se dão os processos formativos das lideranças, bem como quais as contribuições que a Educação Ambiental pode garantir nessa relação de saberes e discussões constitutivas.*

Para o alcance desse objetivo geral, foi elencada uma série de objetivos específicos, que visam orientar os procedimentos desta pesquisa, no que tange compreender pontos distintos que não se desconectam da totalidade da discussão.

Ordenam-se da seguinte maneira:

1. Compreender a prática social no processo educativo da formação das lideranças comunitárias;
2. Compreender os principais processos sociais envolvidos na construção de lideranças comunitárias;
3. Compreender como se articula o processo de formação de lideranças na perspectiva da Educação Ambiental Crítica;
4. Caracterizar a atuação das lideranças no ordenamento da gestão da atividade pesqueira artesanal;

## 1. A PESQUISA E SEUS PROCEDIMENTOS

### 1.1. Aspectos Éticos

O desenvolvimento desta pesquisa se balizada pela eticidade, conforme orienta a Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, devidamente submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa – CEP, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob número 35989320.7.0000.5324.

Como exposto por Luna F<sup>o</sup> (1998, p. 7):

[...] segundo a legislação brasileira existe a obrigatoriedade do consentimento informado dos pacientes, além disso o projeto deverá ser analisado por uma Comissão de Ética Interdisciplinar de uma instituição de pesquisa. O objetivo precípua é resguardar, em todas as fases de desenvolvimento da pesquisa, os direitos dos pacientes e evitar desvios éticos na conduta científica. Acima de qualquer interesse coletivo, que respalde um projeto de pesquisa, fica garantido o direito individual dos participantes.

Diante da preocupação com a eticidade e uso da ciência, que sempre possui um propósito, um motivo, um objetivo, como dito por Padilha *et al* (2005):

Dentre os critérios políticos de demarcação científica, encontra-se a ética como um questionamento: Afinal, a quem serve a ciência? Em seu contexto colonizador, o conhecimento científico tem sido sobretudo arma de guerra e lucro. A visão ética dedica-se no sentido mais preciso de, inicialmente, evitar que os meios se tornem fim, e depois, que se discutam não só os meios, mas também os fins, e terceiro, assegurar que os fins não justificam os meios. Porém, a fantástica potencialidade emancipatória do conhecimento até hoje tem servido a minorias sem falar que é usada muitas vezes para imbecilizar, torturar, manipular.

Existe o surgimento de suspeitas cada vez maiores quanto ao número também crescente de consequências desastrosas do desenvolvimento técnico-científico: degradação das relações individuais, utilização das pesquisas científicas para fins destrutivos, possibilidade crescente de manipulação dos indivíduos, utilização maciça dos cientistas, de seus métodos e de seus resultados para fins repressivos, obsessão patológica pelo consumo, esgotamento progressivo dos recursos naturais, poluição, entre outros.

Portanto, no que tange às entrevistas, o procedimento que se adotou foi seguir as instruções elencadas na Resolução 510/2016. Dessa forma, os sujeitos participantes da pesquisa foram definidos por ocuparem ou terem ocupado cargo



de liderança comunitária na associação comunitária ou Colônia de Pesca nos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, São Lourenço do Sul, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar, o qual exige a maioria e a plena capacidade civil de seus atos. Salienta-se que os entrevistados foram informados sobre os benefícios que a pesquisa propiciará para o auxílio na compreensão do processo formativo das lideranças comunitárias, apontou-se a importância de tais processos formativos e as razões de sua ocorrência ou dificuldades para novas lideranças, bem como explicitou-se acerca dos riscos de a pesquisa serem mínimos.

Assim, para garantir e melhor elencar os riscos, benefícios, confidencialidade, e informar a assistência em caso de dano material ou imaterial, foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (apêndices), que explica todo o procedimento de pesquisa a ser realizado mediante o inequívoco consentimento do entrevistado, que poderá, se assim desejar, retirar-se da pesquisa a qualquer tempo.

Como critério de escolha dos sujeitos para a pesquisa, estabeleceu-se que os entrevistados devem estar na liderança, ou se, em afastamento, que seja em tempo inferior de 5 anos, residindo e atuando na área da pesquisa, a qual compreende o território do complexo lagunar e estuarino Patos-Mirim, que abrange os municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas, São Lourenço do Sul, Arroio Grande, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar-RS. Isso se dá por conta da constituição política das colônias, que exercem um papel importante, mas não objetivam fomentar a formação de novas lideranças, pois a *priori*, manter o *status quo* dos sujeitos que ocupam o cargo da administração se sobrepõe muitas vezes aos interesses da coletividade que a Colônia representa.

Para as entrevistas, foi realizada uma conversa prévia com a liderança, para explicar a pesquisa e a motivação, e após o aceite, agendamos a entrevista, conforme a disponibilidade da pessoa. As entrevistas foram realizadas de duas formas, presencial e virtual. No modo presencial, foi realizada apenas uma entrevista, e logo após, por conta do aumento dos casos de COVID-19, para evitar a exposição do pesquisador e da liderança, optamos pela entrevista virtual, gravada, utilizando a ferramenta *Skype*. Dessa forma, garantimos que a pesquisa não causasse riscos, e, apesar de não se tratar de um diálogo

presencial, ainda foi possível, visando as partes envolvidas, manter a afetuosidade e a escuta atenta durante o processo. Ressalta-se que este foi gravado mediante a devida autorização da parte entrevistada.

Em consonância com as normas da Resolução 510/2019, a presente pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, da instituição, sob CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética nº 35989320.7.0000.5324, assim estando alinhada ao definido no art. 2º, XVI da Resolução 510/2016:

XVI - pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção

Por conta da pandemia da COVID-19, as visitas exploratórias às comunidades bem como as entrevistas de forma presencial foram prejudicadas, e toda metodologia foi adaptada para entrevistas utilizando a plataforma *Skype* com gravação de áudio e vídeo.

## **1.2. Aspectos teóricos metodológicos**

Em uma perspectiva do materialismo histórico propomos desenvolver uma pesquisa social qualitativa fundamentada em uma escuta atenta das lideranças dos pescadores artesanais por meio de entrevistas semiestruturadas (BONI e QUARESMA, 2005). Utilizando metodologia de pesquisa social qualitativa, por meio de entrevista, com intuito de expressar as compreensões manifestadas pelos entrevistados, alcançando com a escuta atenta, a voz das lideranças que participaram do processo. De outra parte, a interpretação das falas necessitou de um aprofundamento teórico para o entendimento das práticas sociais desses sujeitos. Nesse sentido a revisão bibliográfica realizada aportou o refinamento do olhar do pesquisador para a análise e a produção de um entendimento e conhecimento para o diálogo com os pescadores artesanais,

sujeitos da pesquisa. Tendo sido realizado como primeiro procedimento, evidenciar quem são as lideranças, os sujeitos dessa pesquisa, logo, o próximo passo foi estabelecer o território do complexo lagunar Patos-Mirim, conforme a Figura 1 (abaixo), que abrange, no Estuário da Lagoa dos Patos, os municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul, e, na Lagoa Mirim, os municípios de Arroio Grande, Jaguarão, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. Esses estão estruturados em dois fóruns ou comitês que organizam as pautas de gestão e ordenamento da pesca. Estabelecido o território, passamos a buscar os sujeitos, ou seja, as lideranças que se caracterizam por serem presidentes das Colônias de Pesca ou coordenadores de associações e movimentos dos pescadores artesanais.

*Figura 1 Território do complexo lagunar e estuarino Patos-Mirim*



FONTE: Google Maps

A seguir, apresentamos o quadro com um recorte das lideranças que atuam nesse território, conforme a Tabela 1.

*Quadro 1 Localidades e Lideranças*

LIDERANÇAS	MUNICÍPIO
Liderança da Z-3	Pelotas
Liderança Sindicato dos Pescadores de Jaguarão	Jaguarão
Liderança Da Z-1	Rio Grande
Liderança na comunidade da Z-3	Pelotas

Fonte: Elaboração própria

No quadro abaixo, traçamos o perfil das lideranças entrevistadas:

*Quadro 2 Perfil das lideranças entrevistadas*

<p><b>Entrevistado 1</b></p> <p>Possui formação acadêmica; Aprendeu com o pai; Teve incentivo para estudar; Saiu da atividade e buscou contribuir com os pescadores por dentro do sistema administrativo.</p>	<p><b>Entrevistado 2</b></p> <p>Fez parte do ensino fundamental, depois de adulto concluiu o ensino médio; Aprendeu a pescar com o pai; Não teve incentivo para estudar, pois precisava trabalhar na pesca.</p>
<p><b>Entrevistado 3</b></p> <p>Possui ensino fundamental; Aprendeu a pescar com os tios; Aos 9 anos de idade iniciou na pesca; Não teve incentivo para estudar.</p>	<p><b>Entrevistado 4</b></p> <p>Nascido e criado na pesca; Possui ensino superior; Aprendeu a pescar com o pai; Não teve incentivo para estudar, pois precisava pescar.</p>

Fonte: Elaboração própria

Na busca dos sujeitos da pesquisa, em meio a pandemia, foi possível realizar entrevista com dois pescadores envolvidos com associações e

sindicatos e dois pescadores envolvidos com as colônias, visto que se identificou as duas formas de organização social e política. Tal ressalva se justifica, pois na nossa compreensão as colônias possuem uma importante atuação social, mas carregam em sua historicidade o fardo da motivação de sua fundação que é a “domesticação dos pequenos pescadores brasileiros” (SILVA, 2017, p. 57) e por conta desse contexto, como dito pelo *Entrevistado 2*, muitos tentam utilizar a estrutura como ferramenta política, visando o benefício próprio:

Tinha um cara aqui na Ilha, que ele se... se passava por uma liderança que eram... ele queria se promover na política e aí então ele... ele agarrava, perseguia qualquer... as pessoas, ele era um cara ruim mau e de má índole, então ele perseguia qualquer pessoa [...].

É importante destacar que devido aos procedimentos de prevenção à COVID-19, não foi possível realizar as visitas às comunidades para explorar os ambientes e testemunhar a realidade vivenciada pelas lideranças. Sendo assim, optamos por buscar os contatos com os entrevistados, por meio da interação deles com a FURG, especialmente o NUDESE - Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico, que proporcionou a realização das entrevistas.

Para uma análise apropriada do panorama que se busca alcançar, diante do olhar que se tem sobre a questão da formação das lideranças, bem como a limitação temporal para realização das atividades de pesquisa, trabalharemos com os resultados das entrevistas semiestruturadas, orientadas em um roteiro de temas e assuntos que dialogam com os objetivos e a questão que sustentam essa pesquisa. Desse modo, conforme o Quadro 3, nosso roteiro se constitui em:

*Quadro 3 Perguntas e Elementos investigativos*

Pergunta	Elementos investigativos
<i>i)</i> Como se tornou pescador, conte sobre sua trajetória no mundo da pesca e sobre a vida na comunidade pesqueira.	Aqui se busca os aspectos ontológicos da constituição do pescador e a forma como se

<p><i>ii)</i> Como se tornou uma liderança, qual a trajetória percorrida e se ou quem o influenciou nessa caminhada.</p>	<p>insere em sua comunidade e entender os processos de organização e representação na perspectiva do sujeito “liderança”</p>
<p><i>iii)</i> Como e qual é a tarefa do representante ou liderança e quais as maiores dificuldades e conquistas dessa caminhada?</p>	<p>Nessas questões buscamos o entendimento sobre a tarefa e o papel das lideranças e representantes nos diversos espaços e instituições governamentais de gestão pesqueira.</p>
<p><i>iv)</i> Sua opinião sobre os órgãos de fiscalização, IBAMA e PATRAM. Opinião sobre a Capitania dos Portos, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), DPU (Defensoria Pública da União) (pontuar outros que entender importante).</p>	<p>Nessa seção da entrevista se busca caracterizar a atuação da liderança e como este desenvolve o processo de representação e liderança.</p>
<p><i>v)</i> Como faz a comunicação e o diálogo com os pescadores sobre as lutas e as conquistas e quais as dificuldades encontradas nesse processo?</p>	<p>Deixar uma questão aberta para temas emergentes.</p>
<p><i>vi)</i> O que acha que poderia ser diferente ou se deseja acrescentar mais alguma coisa.</p>	<p>Deixar uma questão aberta para temas emergentes.</p>

Dessa forma, entendemos que as entrevistas aportaram os elementos necessários à elaboração da dissertação. Ou seja, buscamos ouvir o sujeito, e como dito por Spivak (2010, p. 125), “[...] tornar delirante aquela voz interior que é a voz do outro em nós”.

A análise das entrevistas foi realizada na forma da triangulação entre a fala dos sujeitos, os resultados da revisão bibliográfica e a observação do pesquisador. Com isto, as categorias de análise emergiram das falas transcritas e podem ser observadas no capítulo 3. A propositura da metodologia de triangulação se respalda no conceito exposto por Zappellini e Feuerschütte (2015, pg. 245-246):

estudar um tema e um problema de pesquisa baseado em duas perspectivas privilegiadas. Isso significa assumir diferentes visões a respeito da questão de pesquisa que se busca responder, combinando-se distintos tipos de dados sob uma abordagem teórica e produzindo-se um conhecimento adicional em relação ao que seria possível adotando-se uma única perspectiva (...).

(...)

trata-se de um método que utiliza dados adicionais para validar ou ampliar as interpretações feitas pelo pesquisador. São adotadas diferentes percepções para esclarecer o significado por meio da repetição das observações ou interpretações. No entanto, sabendo-se que nenhuma observação ou interpretação se repete perfeitamente, a triangulação também serve para clarificar significados pela identificação das diferentes maneiras pelas quais um caso é visto

Ainda, foram pesquisados e utilizados trabalhos que tenham estudado o território e os pescadores dessa pesquisa, sejam artigos e/ou relatórios, que versam sobre a gestão pesqueira no estuário e a pesca artesanal, para possibilitar a compreensão das informações discursivas apresentadas pelos sujeitos. O objetivo foi compreender o que a academia e as lideranças dizem sobre a pesca artesanal, as formas de realizar a captura, o que é capturado, quem são os trabalhadores da atividade, a idade, a formação, a origem, o contexto familiar e o contexto social. Esses dados garantem ao pescador o apropriado respaldo de cientificidade sobre os assuntos tratados, uma vez que essa metodologia garante a lisura ética dos temas referenciados.

Para apoio e balizamento no que se refere à escuta atenta e formação de lideranças observadas direta e indiretamente nas produções acadêmicas sobre os pescadores artesanais – Diegues (1983, 2001), Pereira (2006) e Moura (2016), que versam acerca das populações tradicionais; produções que versam sobre o direito ambiental e a Justiça Ambiental – Acselrad (2010).

Como explicita Duarte (2002, p 140), ao dizer que:

Se nossas conclusões somente são possíveis em razão dos instrumentos que utilizamos e da interpretação dos resultados a que o uso dos instrumentos permite chegar, relatar procedimentos de pesquisa, mais do que cumprir uma formalidade, oferece a outros a possibilidade de refazer o caminho e, desse modo, avaliar com mais segurança as afirmações que fazemos.

Conforme Minayo (1993, p. 23) pesquisa é uma

atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Como esse processo é uma construção conjunta de compreensões teóricas do pesquisador, somado à escuta atenta aos sujeitos, onde suas formações humanas, relações sociais e ações, resultaram nas respostas obtidas e pontuadas no documento, que possibilitam consolidar uma compreensão da formação dessas lideranças.

### **1.3. Método, Metodologia, Entendimento de Ciência e Visão de Mundo**

O debate epistemológico pode gerar a compreensão de que se não houver uma metodologia ritualística, escrita com a devida formatação, não há ciência. Ora, as populações tradicionais não costumam tecer teses ou dissertações, quiçá artigos acerca de seus saberes e conhecimentos, pajés não publicam na revista *Science* acerca dos efeitos positivos do uso desta ou aquela planta, pescadores não produzem cartas náuticas. Entretanto, existe saber e existe ciência, no dia a dia dessas atividades, no decorrer de suas vidas permeados de saber, um saber viver, composto de conhecimentos sobre o mar, sobre o ar e a terra, no sentir e no olhar.

Estes saberes tradicionais são elencados por Diegues (1996, pg. 179), ao mencionar que

[...] o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial, transmitidos oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social” mas sim um *continuum* entre ambos.

(grifos do autor)



Entendo que o saber, por si, sem um propósito humano em seu sentido, é apenas mecânico e vazio, uma sonda espacial, viajando para algum lugar, vazio da existência. O saber muito sobre pouco deforma o sujeito, inserindo sua existência em uma caixa hermética. O saber não se limita em si, mas transborda e alcança outras áreas, se complementando, se somando, se resignificando. O saber e seus processos educativos são, dessa forma, essenciais para a formação do sujeito, de suas relações com as demais pessoas e com o ambiente que se insere. Pauta-se assim, o contexto da Educação Ambiental, que visa consolidar esses processos formativos de sujeitos capazes de dialogar com a sociedade e com o ambiente que se inserem, numa perspectiva dialógica, humana e social. Aprender ensinando e ensinar aprendendo, aprendentes e ensinantes, como diria Paulo Freire (1996, p.25), uma vez que entendemos ser possível alcançar diálogo e aprendizagens com as relações entre distintos sujeitos com posições sociais diferentes.

Quando não há um processo educativo, na visão freireana (1987, p.25), o que temos são sujeitos distantes e que desprezam qualquer meio, desde que se possa alcançar um fim, independente do que venha a custar. Exemplos são a exploração de mão de obra infantil durante a 1ª Revolução Industrial, a escravidão e a desigualdade social do nosso século. A sociedade é um corpo sem forma que vai sendo moldado conforme os interesses do capital, e somente com a luta de classes é possível lutar contra a tirania desses interesses que desprezam a vida, a natureza, objetivando apenas o lucro, como se tem visto na atualidade que estamos vivendo. Para Marx e Engels (1998, p. 40), o

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito.

Em tempos de globalização e transnacionalização, vivemos esses conflitos de classes, mas de modo deformado, porquanto grande parcela do proletariado foi induzido a crer que é um empreendedor quando trabalha

dirigindo um veículo para a empresa *Uber*<sup>®</sup> ou entregando comida para um restaurante via aplicativo *iFood*<sup>®</sup> ou similar.

No Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels (1998, p. 43) dizem que:

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. **Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes.** Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de idéias secularmente veneradas, **as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem.** Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as relações com os outros homens.

(grifo nosso).

Nesse sentido, quando as transformações da realidade perpetradas pelo Capital são mais rápidas que a capacidade de percepção dos sujeitos que as vivenciam, temos o exemplo prático do exposto anteriormente por Marx e Engels. Da mesma forma que entendemos que isso ocorre, também nos é, sem a devida capacidade observatória, impossível perceber de imediato que tal qual o planeta Terra gira sobre si mesmo numa enorme velocidade, a mesma velocidade não afeta em nada tudo aquilo que existe na superfície do planeta.

Portanto, existe luta quando todos são ou se consideram “capitalistas”, mesmo não possuindo riquezas e apenas atendendo demandas do próprio capital? Entendo que a luta de classes é essencial para a garantia de um presente digno às populações, que em sua maioria possuem, quando muito, o mínimo para existir, enquanto porcentagem irrisória de homens possuem a totalidade das riquezas do mundo.

Uma redistribuição das riquezas garantiria dignidade a milhões de pessoas, seja em prestação de serviços essenciais, como água encanada, saneamento básico, energia elétrica e acesso, quanto a plena eficácia aos direitos humanos básicos, como estudo, saúde, transporte, seguridade social e

segurança. A ausência destes é um fomento ao capitalismo selvagem, que se beneficia das precariedades e do desespero social para lucrar e perpetuar a desigualdade.

Além das intervenções sociais expostas, também ocorrem as intervenções do capital que se manifestam subjugando as forças da natureza (MARX; ENGELS, 1998, p. 40), sobrepondo a sua vontade através do desenvolvimento de tecnologias que passam a alterar desde o sabor dos alimentos até a sua constituição enquanto ser, como se viu com a questão dos transgênicos. Tais transformações ocorreram e continuam ocorrendo de modo tão veloz que atropelam a sociedade, sem que essa se dê conta das correntes que a levam para longe daquilo que foi um dia.

Fundamenta-se a estrutura argumentativa desse trabalho a partir do materialismo histórico, que é, conforme exposto por Trivinos (1987, p. 51) “a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade”, e também na dialética, buscado alinhar um diálogo com a interpretação da teoria da alienação proposta por Mészáros (2006), que elucidativamente demonstra a atual situação dos trabalhadores de todo o mundo, e aqui, na perspectiva dos pescadores e pescadoras artesanais, catadores e catadoras, agricultores e agricultoras, moradores de áreas periféricas sob interesse do Capital.

Esses grupos, que vivem numa condição de alienação imposta pelas necessidades prementes de trabalhar exaustivamente para sobreviver, muitas vezes se percebem e são percebidos distantes dos locais de debate e tomadas de decisões, na forma de coisas que servem à algo, ou ainda, que existem por conta de consequências alheias à própria vontade. Tal modo alienado não é nada mais que a objetificação produzida pelo capital, que intenta desclassificar e negar significado aos sujeitos, tornando a classe um não-grupo, e assim, não-sujeitos de direitos. Esta alegação pode ser observada na definição de Mészáros (2006, p. 39) ao dizer que:

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela

conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados”, que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade.

(grifos do autor).

Para proporcionar a aproximação basal do materialismo histórico, será apropriada a educação popular de Paulo Freire, no contexto da “pedagogia do oprimido” (1987, pg. 24 - 25), o que permite a garantia da construção de conjecturas dialógicas entre sujeitos distintos, em especial os que possuem saberes não tecnicistas ou/e chancelados por instituições pertinentes. Ou seja, alcançar o pleno diálogo entre as pessoas, na formação desses sujeitos, na consolidação da formação de lideranças e compreender como a classe se identifica, se (re)apropria de sua força e alcança a potência de se fazer ouvir, bem como ocorra o diálogo, para que passem de expectadores à interlocutores de sua caminhada.

É pretencioso postular tais afirmações, mas compreendemos a potência de uma classe unida e as possibilidades que tal união proporcionam ao grupo. Loureiro (2015, p. 166) irá explicitar precisamente acerca das classes, ao dizer que:

é comum a toda pedagogia crítica afirmar que a educação é uma atividade intencional (direcionada para se atingir certas finalidades), determinada pelas contradições de uma sociedade de classes, e dialógica (pois sempre envolve o outro e a troca com o outro, ainda que posto em condições desiguais), voltada para a aquisição e elaboração de conhecimentos que dão suporte aos processos emancipatórios.

Para questionar as contradições de uma sociedade de classes, é pertinente o raciocínio de Fanon (1968, p. 144 e 145), quando observa as ações da burguesia nos países em desenvolvimento, apontando suas ações nefastas e vazias para com a nação, visando apenas o seu próprio benefício, ainda que destruindo tudo que existe onde ela se fixa, deixando aos que ficarão, destruição e miséria, como é o caso dos empreendimentos que existem também no Brasil.

Uma burguesia como a que se desenvolveu na Europa pôde, reforçando seu próprio poder, elaborar uma ideologia. Esta burguesia dinâmica, instruída, leiga, levou plenamente a cabo sua tarefa de acumulação do capital e deu à nação um mínimo de prosperidade. Nos países subdesenvolvidos, vimos que não existia verdadeira burguesia mas uma espécie de pequena casta de dentes compridos, ávida e voraz, dominada pelo espírito do biscateiro e que se contenta com os dividendos que assegura a antiga potência colonial. Essa burguesia de meia-tigela revela assim capaz de grandes ideias de inventividade. [...]

A luta contra a burguesia dos países subdesenvolvidos está longe de ser uma posição teórica. Não se trata de decifrar a condenação feita contra ela pelo julgamento da história. Não se deve combater a burguesia nacional nos países subdesenvolvidos porque ele pode frear o desenvolvimento global e harmonioso da nação. Deve-se fazer uma oposição resoluta a ela, porque, literalmente, ela não serve para nada.

Essa burguesia, medíocre nos seus ganhos, nas suas realizações, no seu pensamento, tenta mascarar essa mediocridade por construções de prestígio em escala individual, pelo brilho dos carros americanos, pelas férias na Riviera, os week-ends em boates neonizadas.

Não é preciso portanto dizer que a burguesia nacional retarda a evolução do país, que lhe faz perder tempo ou que ameaça conduzir a nação a caminhos sem saída. Na verdade, a fase burguesa na história dos países subdesenvolvidos é uma fase inútil.

(Fanon, 1968, p. 144 e 145),

Diante do exposto, percebe-se que não há interesse dos que possuem poder de mando em fazer algo para além do que lhes beneficia. Sem a participação das classes sociais historicamente oprimidas nos espaços de tomada de decisão, o mais provável é a manutenção do *status quo* da burguesia.

É importante questionar sobre esses atores burgueses e sua ocupação dos espaços, seja no judiciário, no legislativo ou no executivo, bem como nos demais espaços da administração pública, como narrado pelo professor Quintas (2006, p. 134, 135), ao discorrer:

Por outro lado, observa-se, no Brasil, que o poder de decidir e servir para transformar o ambiente, seja ele físico, natural ou construído, e os benefícios e custos dele decorrentes estão distribuídos socialmente e geograficamente na sociedade, de modo assimétrico. Por serem detentores de poder econômico ou de poderes outorgados pela sociedade, determina dos grupos sociais possuem, por meio de suas ações, capacidade variada de influenciar direta ou indiretamente na transformação (de modo positivo ou negativo) da qualidade do meio ambiente.

É o caso dos empresários (poder do capital), dos políticos (poder de legislar); dos juízes (poder de condenar e absolver etc.), dos membros do Ministério Público (o poder de investigar e acusar), dos dirigentes de órgãos ambientais (poder de embargar, licenciar, multar), dos jornalistas (poder de influenciar na formação da opinião pública), das

agências estas de desenvolvimento (poder de financiamento, de criação de infra-estrutura) e de outros atores sociais cujos atos podem ter grande repercussão na qualidade ambiental e, conseqüentemente, na qualidade de vida das populações.

Ademais, Loureiro (2015, p. 167) postula que:

toda ação educativa deve ser direcionada para a construção da igualdade e promoção das diversidades para que possamos satisfazer nossas necessidades sem opressão, discriminação e reprodução da dominação e dos mecanismos de expropriação. É nesse sentido que o conhecimento, ao ser crítico, nos desafia a pensar o ato de conhecer como uma atitude intencional, politicamente posicionada e prática, voltada para a transformação social.

Portanto, temos como essencial, para a garantia de uma discussão potente e capaz de ir além, a educação. Isso porque se a educação não for libertadora, apenas haverá outro opressor, que ascenderá.

Como se poderia pensar uma Educação Ambiental que alcance as pessoas componentes dos grupos elencados, para que possam por si, se compreenderem sujeitos de relações e ainda dialogarem, com segurança e respaldo, alcançado, nos espaços que pretendem ingressar, possibilidade de atendimento à suas demandas? Isso demonstra a necessidade de posicionamento enquanto pesquisador nesta área da ciência, pois temos que a pesquisa deve sim, para além de buscar responder um questionamento, implicar em elementos que sirvam de algum modo para sociedade, com o total interesse do pesquisador em ver seu trabalho auxiliando a sociedade.

Como bem exposto por Pereira (2006, p. 48):

Apesar da atividade da pesca ter suas origens no extrativismo e na subsistência, o modelo de produção capitalista vem ao longo da história intervindo e influenciando tais relações de trabalho. Sendo assim, a dialética se constitui no método de análise destas relações, porque elas apresentam contradições inerentes à própria história da humanidade, que sobreviveu, ao longo do tempo, da extração do recurso natural (frutos do mar) como alimento e, por outro lado, se aliena através do trabalho, de si mesmo e da natureza, transformando tais frutos em mercadoria, isto é, um 'recurso pesqueiro'.

Colocando na perspectiva da pesca, sendo esta, uma atividade que visa auferimento de renda e intentando lucro, sendo fruto de atividades que são denominadas como trabalho, temos presente uma relação financeira e capitalista, que possui condutividade alienante em sua prática.

Ademais, quando se observa o exposto na Legislação Brasileira que conceitua normativamente a Educação Ambiental, conforme a Lei 9795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, citando em especial o Art. 4º, que diz:

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

**IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;**

(grifo nosso)

Essa prática social é, intrinsecamente conectada aos saberes sociais, conforme manifestado por Moura (2016, p.146-147),

Saberes sociais, ou seja, os conhecimentos presentes na cultura das comunidades pesqueiras como é o caso da Z-3, atrelam-se aos interesses da classe trabalhadora, constituindo-se em instrumentos que orientam a práxis social, muito contribuindo para fortalecer sua capacidade organizativa, manifestada nos movimentos sociais.

Estes saberes não resultam de ações individuais, mas sim de uma gama de relações sociais que permeiam a materialidade histórica dos homens e mulheres pertencentes à comunidade. Saberes Sociais e Movimentos Sociais constituem, assim, um amálgama, no sentido de um pressupor o outro, o que em nosso entendimento se constitui em uma relação dialética entre o que os pescadores e pescadoras artesanais da Colônia Z-3 conhecem a partir da realidade vivenciada e o que, desta realidade, é produzida por meio deste conhecimento que vai se desenvolvendo mais e mais, a partir da atuação destes trabalhadores. **Logo, quanto maior a prática social, maior será a possibilidade de transformação.**

(grifo nosso)

Portanto, é possível conceituar que as práticas sociais estão diretamente conectadas aos saberes comunitários e culturais da comunidade, embasadas na sua tradicionalidade. Sem dúvidas, estão simbioticamente conectadas, se complementando nessa relação.

Como bem assinalou Sztompka (1998) *apud* Rodrigues (2012), os movimentos sociais são os mais notáveis produtores de mudança social porque partindo da reunião e organização dos trabalhadores e trabalhadoras, produzem mudanças planejadas na sociedade. Neste sentido, entendemos que não basta o mero agrupamento de pessoas, mas é a organização de todas que põe em movimento determinado fim previamente estabelecido pela classe.

Neste contexto, os saberes produzidos pelos trabalhadores da pesca artesanal em suas comunidades se tornam imprescindíveis na articulação que põe em movimento suas lutas quer por melhoria nas condições de vida da comunidade, manutenção dos direitos e garantias historicamente conquistados e, outros tantos direitos, porque lutam cotidianamente, como a luta pelo respeito à cultura e à tradicionalidade de suas atividades numa sociedade excludente na qual as comunidades tradicionais são frequentemente marginalizadas.

Podemos dizer que a prática social, já conceituada anteriormente, irá se consolidar nos movimentos sociais, a partir da organização dos trabalhadores e trabalhadoras em torno de uma causa que contemple as suas demandas, mas que não cessará após o atendimento da demanda, e permanecerá como uma ferramenta que será assimilada nas ações dos sujeitos e sujeitas, corroborando com as suas ações e práticas, individuais ou coletivas, como manifestado por Moura (2016, 146) ao dizer que “quanto maior a prática social, maior será a possibilidade de transformação”.



## 2. POR QUE, QUEM, ONDE E O QUE.

### 2.1. Sujeitos da pesca artesanal e suas práticas sociais

Diante das narrativas oriundas das entrevistas, temos como referendar, num recorte dessas fontes, quem são alguns dos sujeitos da pesca artesanal no complexo lagunar do estuário da Lagoa dos Patos e Mirim. Assim, verifica-se que as lideranças nasceram na região em que estão atualmente, ou seja, não se afastaram do seu território, são filhos de quem ali já exercia a atividade antes, exemplificando o manifestado por Alvaro & San Martin (2020, p. 79):

A maior parte dos pescadores em atividade na área pesquisada, nasceu no próprio município onde reside, há mais de 30 anos, evidenciando uma baixa mobilidade no tempo e espaço. Quanto à idade média é de 45 anos prevalecendo idades superiores há 30 anos e poucos com idade inferior a 20 anos de idade, demonstrando o pouco interesse pelos mais jovens, os quais buscam oportunidades em zonas urbanas.

Conforme as narrativas dos sujeitos, a atividade exige um saber, que costumeiramente só pode ser aprendido por quem tem família na atividade, uma vez que é raro se perceber o processo de aprendizagem para quem não se criou naquele meio. Na fala do Entrevistado 2, isso se mostra muito cristalino, pois ele fez, como pode se dizer, um “curso prático-teórico no ofício”, ministrado por seu pai:

eu comecei a pescar, eu comecei foi, já foi acampar com pai na Ilha dos Marinheiros, lá. E aí dali eu comecei... comecei a minha vida de pescaria com treze anos... treze para quatorze anos (...)

aí tá no ano seguinte aí a gente foi aprendendo, né, aprimorando trabalho, e já com dezesseis anos, aí quando eu tinha dezesseis anos eu já, eu já era responsável pela, pela pescaria, o pai não podia fazer força nenhuma, né. E aí eu já tinha aprendido a trabalhar, né, ele só, com dezesseis anos ele andava comigo ainda, nós andávamos os dois pra mim me orientar e tal, mas eu que já andava de patrão [...].

Esse processo de formação do sujeito da pesca artesanal é muito mais profundo e sutil do que uma formação técnica ou escolar, pois se dá em um âmbito familiar e se manifesta na necessidade de realizar o processo de modo

correto, implicando em prejuízos, que podem afetar seriamente a capacidade alimentar da família. A responsabilidade, a cautela e o preparo do sujeito são essenciais, e isso irá moldar sua forma de ver o mundo, de se relacionar com as demais pessoas e com os seus, pois em algum momento irá ensinar alguém do mesmo modo qual foi ensinado. Também observamos que a formação do sujeito da pesca é contínua, perpassando por novos saberes, uso de tecnologias mais avançadas e manuseio de apetrechos que facilitem o trabalho, mas isso não altera o fato de que a pesca artesanal é, basicamente, realizada de forma braçal, ao contrário da pesca industrial que utiliza de diversos aparatos, em que muitas vezes não ocorre qualquer contato entre o sujeito e a espécie coletada.

Todos esses eventos e situações de constituição pessoal irão incidir na formação de um sujeito da pesca artesanal, a par das suas relações com o meio que habita, se manifestando na tradicionalidade da atividade, que, por ser uma ocorrência histórica, não costuma ser percebida *in loco* pelo sujeito, mas, em um âmbito de observação externa se mostra contundente. Compreender que essa tradicionalidade tem uma relação direta com a formação familiar dos sujeitos é obviamente natural, mas para que se consiga demonstrar com o rigor exigido por instituições governamentais, é necessário utilizar metodologia adequada para tal. Mais do que apontar a tradicionalidade, isso é imprescindível para garantir o apropriado tratamento institucional e governamental para a população, uma vez que seu modo de vida e subsistência são fortemente relacionados com o local de sua existência, o qual seja, o estuário da Lagoa dos Patos e Lagoa Mirim.

Observamos que os sujeitos da pesca artesanal são

grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e em relações próprias com a natureza;

(Diegues & Arruda, 2001, p. 20).

Diegues (1996) também conceitua populações tradicionais da seguinte forma:

[...] populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e dos ciclos econômicos, as quais, pelo isolamento em que viviam foram obrigadas a desenvolver estratégias de sobrevivência particulares.

Nesse sentido, Diegues (2001, p. 52) especifica as nuances dessa tradicionalidade, elencando fatores caracterizantes desses sujeitos:

- a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado.
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Assim, percebe-se a importância de uma definição do que é tradicional para a perspectiva jurídica, a qual vem a ser conceituada no artigo 3º do Decreto 6.040 de 2007 (BRASIL, 2007):

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas

próprias de organização social, **que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;**

(Grifo nosso)

O Decreto 10.088 (BRASIL, 2019), em seu artigo 23, expõe que:

1. O artesanato, as indústrias rurais e comunitárias e **as atividades tradicionais e relacionadas com a economia de subsistência dos povos interessados, tais como a caça, a pesca com armadilhas e a colheita, deverão ser reconhecidas como fatores importantes da manutenção de sua cultura e da sua autossuficiência e desenvolvimento econômico.** Com a participação desses povos, e sempre que for adequado, os governos deverão zelar para que sejam fortalecidas e fomentadas essas atividades.

2. A pedido dos povos interessados, deverá facilitar-se aos mesmos, quando for possível, assistência técnica e financeira apropriada que leve em conta as técnicas tradicionais e as características culturais desses povos e a importância do desenvolvimento sustentado e equitativo.

(Grifo nosso)

O reconhecimento da tradicionalidade é essencial para a continuidade da existência digna dessas populações, bem como para o reconhecimento legal e jurídico de suas atividades, para que sejam ouvidos e ouvidas antes de qualquer formulação jurídica que interfira com as suas vidas.

Exposta a conceituação de tradicionalidade, cumpre discorrer acerca dos territórios dos povos tradicionais e de como a manutenção saudável desses ecossistemas é essencial para a existência dessas populações. Primeiramente, os danos ambientais podem ser concentrados numa área específica, mas isso não limita o seu alcance a outras áreas, de forma difusa, então, se uma indústria poluente realizar descarte de material poluente no início da lagoa, isso irá afetar todo o ecossistema do estuário da Lagoa dos Patos, impactando os pescadores e pescadoras no estuário, por exemplo. Nesse caso exemplificado, o dano iria afetar outros grupos, mas nosso interesse é discutir sobre o território da pesca artesanal.

O mesmo Decreto 6.040 de 2007 (BRASIL, 2007), que estabelece o conceito de tradicionalidade, também define o que seriam os territórios:

II - Territórios Tradicionais: **os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais**, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

(Grifo nosso)

Assim, temos como territórios os locais onde se dá a existência daquela população tradicional, onde vivem, realizam suas tradições, capturam seus alimentos e se relacionam entre si, com a natureza e mantém vivas as suas tradições. Esses espaços são, em muitos casos, compartilhados com a sociedade, em especial, as águas, uma vez que estão sempre em movimentação, de forma que as mais sutis alterações no ecossistema são perceptíveis e danosas à subsistência dessas comunidades.

Poluição, alterações de canais ou aumento de calado para navegação de grandes embarcações, construção de diques, represas, e a captação de água para irrigação agrícola, são exemplos de situações que afetam os territórios da pesca artesanal. Esta afirmação é manifestada por Moura (2016, p. 22), ao dizer que:

podemos afirmar que os pescadores artesanais têm sofrido diretamente as consequências do processo de degradação ambiental e de exploração da força de trabalho, sendo expropriados de si mesmo e da natureza, por meio do trabalho alienado, gerando, por vezes, incertezas em relação ao futuro da profissão, em decorrência de diversos fatores, tais como, a crescente poluição das águas e o consequente declínio do chamado recurso pesqueiro, seja pela pesca predatória, pela pesca industrial, mudanças climáticas, especulação imobiliária em áreas litorâneas, turismo, dificuldade de acesso às políticas públicas e de compreensão e adequação ao excessivo e, muitas vezes, contraditório regramento para o setor, além de tantos outros fatores que intervêm direta e indiretamente nesta atividade.

Para bem contextualizar essa situação de injustiça a qual os povos e seus territórios são expostos, adequada a fala de Herculano (2008), que

exemplifica o modo de agir do Estado para garantir um tratamento justo e isonômico:

Por tratamento justo entende-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas, resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão dessas políticas (Herculano, 2008, p.2).

Ainda em tempo, pode se observar o manifestado por Acselrad *et al.* (2009, p. 16) ao dizer que:

[...] o direito a um ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o 'meio ambiente' é considerado em sua totalidade incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades.

Então, considerando a necessidade do agir estatal para preservar e garantir a manutenção de um ambiente saudável, deparamo-nos com a situação de um preservacionismo excludente, no qual as populações que ocupam o território que se pretende proteger, são tidas como danosas e acabam por ter sua circulação e garantia da subsistência limitadas e/ou proibidas naquele território. Tal situação pode ser exemplificada no que foi relatado por Rosa (2013, p. 14 - 15), acerca do conflito entre pescadores e a gestão do Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

Na Lagoa do Peixe é realizada a pesca artesanal/tradicional por diversas famílias advindas tanto das comunidades quilombolas, quanto das comunidades açorianas da região. Essa atividade foi e ainda é marcada por conflitos diversos: alguns são inerentes à legislação pesqueira e outros advêm 15 da criação do PNL. Um parque nacional, por definição, não admite usos em seu território. Para que a atividade pesqueira artesanal/tradicional pudesse continuar se desenvolvendo na Lagoa do Peixe, foi firmado um Acordo de Pesca em meados de 1993, com o objetivo de regulamentar e controlar essa atividade dentro do Parque. Esse acordo foi firmado entre os pescadores artesanais que utilizam a Lagoa do Peixe para sua subsistência e o órgão gestor do

PNLP. Tem como característica não ser permanente, ou seja, os pescadores estão “autorizados, provisória e excepcionalmente, a realizar a pesca do camarão rosa” (BRASIL, 2013). O acordo de pesca pode ser revisto ou anulado pelo órgão gestor. Para a continuidade da pesca na Lagoa do Peixe, foi criado um Cadastro de Pescadores, aberto para cadastramento de pescadores entre os anos 1993 e 2000 que é atualizado anualmente, sem a possibilidade de inclusão de novos pescadores, mas com a exclusão de antigos. Ou seja, os filhos ou esposas de pescadores que não se cadastraram na época não podem pescar na Lagoa do Peixe, mesmo se forem pescadores, pois não podem se cadastrar no Parque.

Observa-se o exposto por Diegues (1996, p. 17-18), acerca das áreas protegidas:

A existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável faz parte, portanto, desses neomitos. Sendo assim, “como afirma Ellen (1989), entretanto, a natureza em estado puro não existe, e as regiões naturais apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens”.

Para além dessas compreensões, pontuamos que a atividade de pesca artesanal, enquanto labor de uma classe de indivíduos que se conecta, e ainda que exerça o extrativismo na área, conhece as nuances e criteriosidades da sua relação com aquele ecossistema.

Para Diegues (1996, p. 116), quando o Estado age para proteger determinada área ou território, numa metodologia que costumeiramente “esquece” das populações que habitam e exploram o território,

[...], o objetivo é conservar uma área “natural” contra os avanços da sociedade urbano-industrial, sem se atentar para o fato de grande parte dessas “áreas naturais” estarem sendo habitadas por populações que nada têm de “modernas” e “tecnológicas”. Ao contrário, em sua maioria são populações que vivem de atividades de subsistência, com fracas vinculações com o mercado e com pequena capacidade de alteração significativa dos ecossistemas.

Observamos que a atividade de pesca artesanal possui uma grande importância para um grupo social, repercutindo na sociedade como um todo, pois há, como já dito, uma forma de viver desenvolvida por essa população, que protege a área em que estão estabelecidos, por conta de uma exploração que

acompanha a capacidade de reprodução das espécies exploradas, e ainda impedem que outros façam uso indevido da localidade, quando da ausência das populações tradicionais (DIEGUES, 1996).

Ainda, para Diegues (1994, p. 79):

As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam pela:

a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir do qual se constroem um “modo de vida”;

b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;

c) noção de “território” ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;

[...]

l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Ressalte-se as formas de pertencimento e conexão entre os sujeitos, como exposto por Diegues (1994, p. 79) ao dizer que “um dos critérios mais importantes para a definição de “culturas” ou “populações” tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o “reconhecer-se” como pertencente àquele grupo social particular.” (grifos do autor).

Esse processo de ensino irá constituir também a compreensão do território da pesca, os locais que são adequados ou não de realizar a pesca, como reconhecer os sinais do tempo, das águas e do vento.

## **2.2. Características: Território e Pesca Artesanal**

Como dito por Justo e Amorim (2019), “a pesca é uma das atividades humanas mais antigas de extrativismo, praticada pela humanidade desde a pré-história, com o intuito de obter alimentos necessários à subsistência a partir do ecossistema aquático”, e tal é manifestado por Pellejero e Costa (2020, p. 43):



A pesca é uma atividade humana que remonta da Antiguidade e é considerada atividade de extrativismo, pois nela se busca a obtenção de alimentos retirados do meio aquático, além disso é ainda uma atividade econômica de subsistência e de caráter alimentar, dela decorrem vários desdobramentos que a complementam que vão desde a armazenagem, o preparo e o aproveitamento de seus produtos (por exemplo, em alguns locais as escamas são utilizadas para confecção de artesanato) até o transporte, bem como, a confecção de redes, artefatos de pesca e embarcações, o que também gera renda para a família e para a comunidade.

O território dos sujeitos desse projeto de pesquisa está localizado no extremo sul do litoral do Rio Grande do Sul, compreendendo os sistemas lacustres do estuário da Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim.

Primeiramente, cumpre explicar onde a pesca ocorre, ou seja, falar acerca do que é estuário e como podem ser localizados os territórios citados na dissertação. Assim, podemos definir que, “estuários são ecossistemas costeiros semifechados que possuem ligação livre com o mar e onde a água marinha mistura-se com água doce oriunda das áreas terrestres” (ODUM, 1986).

No que se refere à Lagoa dos Patos, conforme Schwochow & Zamboni, (2007, p. 14 e 15)

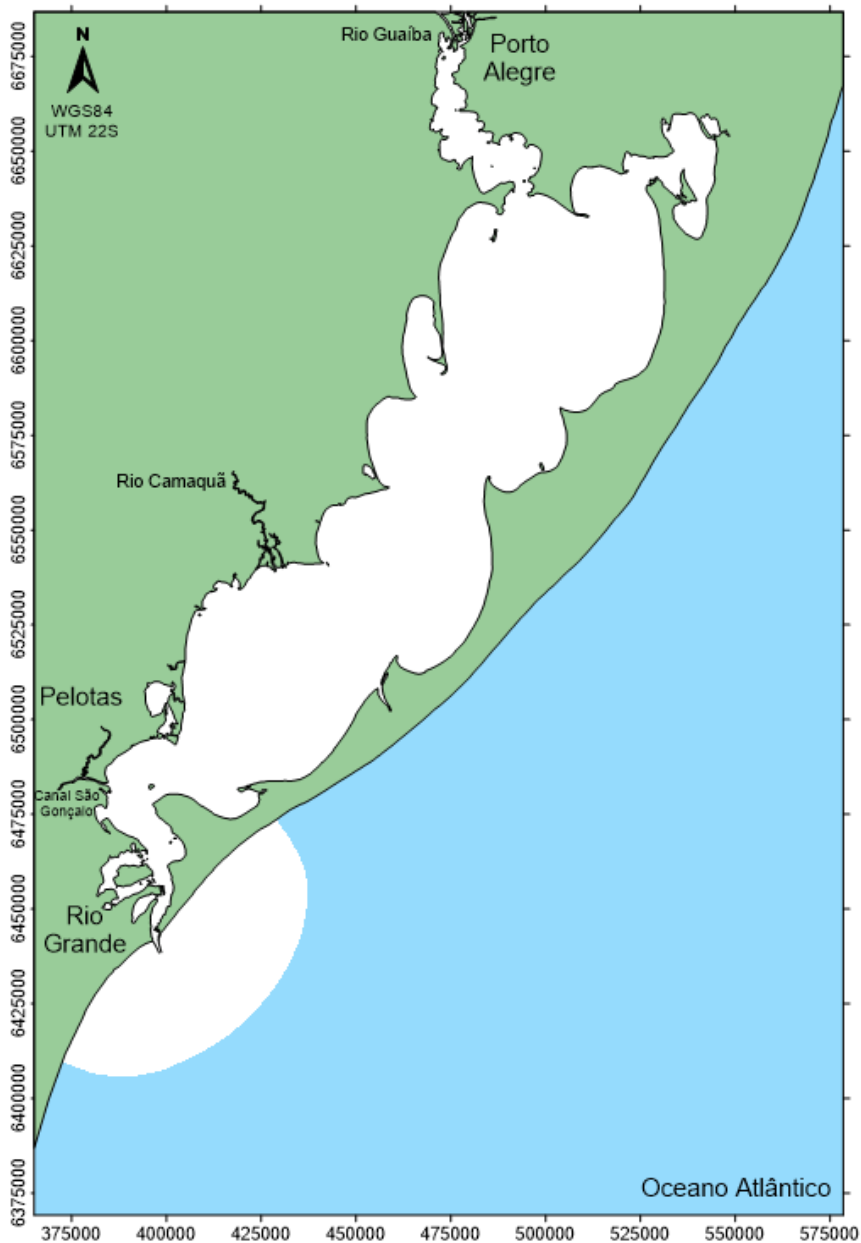
O estuário da Lagoa dos Patos ocupa uma área de 963,8km<sup>2</sup> correspondendo, aproximadamente, a um décimo da área total da lagoa. Apresenta um volume de 1,67x10<sup>9</sup>m<sup>3</sup>, sendo um ambiente raso, com profundidade média de 1,74m (Bonilha, 1996). Cerca de 76% de sua área tem profundidade inferior à 2m. Sua hidrodinâmica é controlada, principalmente, pela ação dos ventos e chuvas na bacia de drenagem (Calliari, 1998). O estuário tem uma importante função social e econômica para as comunidades que vivem em seus arredores, onde são encontrados muitos pescadores artesanais, algumas indústrias de pescados e um potente pólo industrial. Também, serve como corredor de escoamento fluvial da produção interna do estado e do país através do Super Porto (um dos maiores de exportação da América Latina).

Quanto às normas que regem a atividade extrativista da Lagoa dos Patos, temos a Instrução Normativa Conjunta do Ministério do Meio Ambiente - MMA/SEAP N° 3/2004, em seu artigo 1º irá delimitar o território da atividade pesqueira no estuário.

Art. 1º A atividade de pesca no Estuário da Lagoa dos Patos no Estado do Rio Grande do Sul fica condicionada aos critérios técnicos, padrões de uso e procedimentos administrativos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Entende-se por Estuário da Lagoa dos Patos, a área compreendida entre confrontação com Arambaré (Latitude 30º a 50' Sul) e a Barra do Rio Grande (Latitude 32º 10' Sul).

Figura 2: Lagoa dos Patos e as principais cidades que estão em suas margens

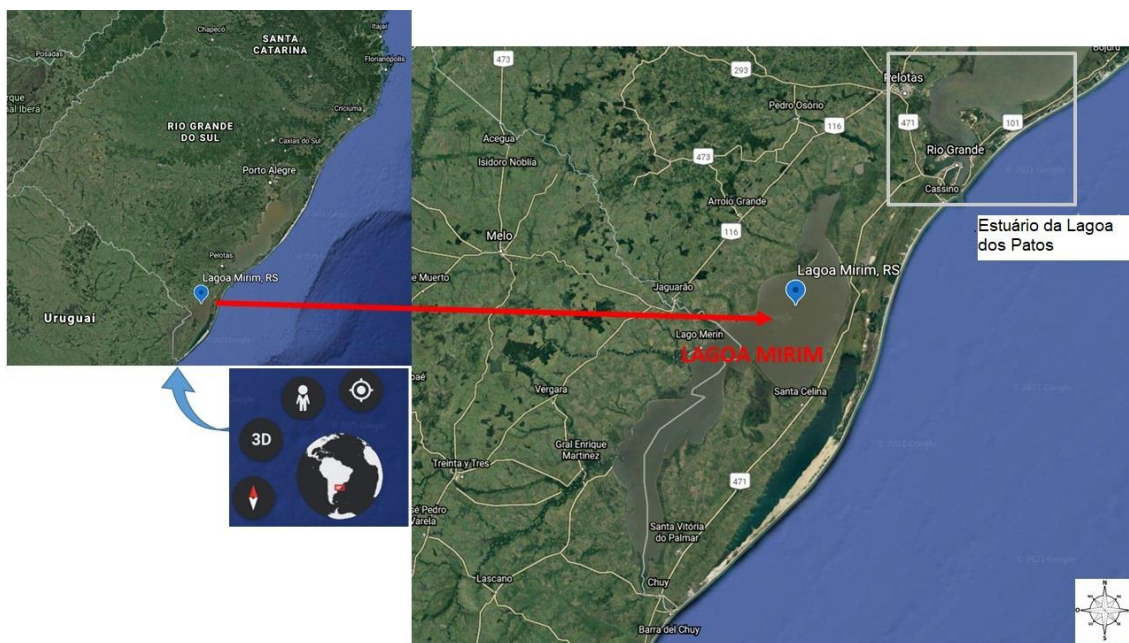


FONTE: [http://www.baiasdobrasil.coppe.ufrj.br/assets/relatorios/rel\\_lagoa\\_dos\\_patos.html](http://www.baiasdobrasil.coppe.ufrj.br/assets/relatorios/rel_lagoa_dos_patos.html)

No que se refere à Lagoa Mirim, Piedras *et al* (2012, p. 108), discorrendo acerca do território que estudamos, fala que a

Lagoa Mirim faz parte do sistema lagunar Patos-Mirim, localizada no sul do Rio Grande do Sul com parte de seu limite fazendo fronteira com o Uruguai. Assentada, sobre a planície costeira, possui uma área aproximada de 3.750 Km<sup>2</sup> de área de superfície, destes 2.750 Km<sup>2</sup> em território brasileiro e 1.000 Km<sup>2</sup> em território uruguaio. No lado brasileiro compreende os municípios de Santa Vitória do Palmar e Rio Grande em sua margem leste, e os municípios de Arroio Grande e Jaguarão em sua margem oeste, e as províncias de Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha do lado uruguaio. Além da área inundada, a região se caracteriza por um complexo de áreas úmidas em seu entorno formando uma das principais bacias hidrográficas transfronteiriças da América do Sul.

Figura 3: Lagoa Mirim, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul – RS.



FONTE: Elaborado pelo autor com base no Google Maps

Quanto ao arcabouço legal que rege a atividade extrativista da Lagoa Mirim, este é definido conforme o artigo 1º da Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP N° 2/2004:

Art. 1º A atividade de pesca nas Lagoas Mirim e Mangueira, no Estado do Rio Grande do Sul e seus tributários, incluindo lagoas marginais, banhados e afluentes, fica condicionada aos critérios técnicos, padrões

de uso e procedimentos administrativos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

§ 1º Considera-se o limite físico para a Lagoa Mirim o local denominado Ilha Grande.

§ 2º Fica excluído do limite físico para a Lagoa Mirim, o Canal de São Gonçalo, considerado área de ligação com o Estuário da Lagoa dos Patos, cuja pesca deverá ser regulamentada em portaria específica

Os municípios que se encontram nesse complexo lacustre e que foram objetos da pesquisa são Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande e São José do Norte. Nestes, existem comunidades de pescadores, como a de Porto e Curral Alto em Santa Vitória do Palmar; a comunidade de Santa Isabel em Arroio Grande; a Colônia Z3 em Pelotas; Passinho, Capivaras, Várzea, Inhame e 5ª Secção da Barra em São José do Norte; e em Rio Grande, conforme Pereira (2006, p. 114) “as Ilhas (Marinheiros, Torotama e Leonídio), a Vila São Miguel e Bosque e as comunidades que vivem à beira do Saco da Mangueira”.

Segundo Kalikoski & Vasconcellos (2013, p. 22), quanto ao modo de captura é possível perceber que as comunidades pesqueiras do complexo lagunar Patos, adotem algumas características.

Características comuns dos barcos pesqueiros artesanais são que todos são construídos com pranchas de madeira, sem qualquer cabine permanente (tendas e convés removíveis costumam ser usados), convés ou compartimento para o pescado. Os barcos motorizados [...] têm um casco em forma de “v”, levam um motor de centro e usam diesel (mais comum), gasolina ou gás (menos comum) como combustível. [...] Os pescadores normalmente têm um barco auxiliar (normalmente sem motor), chamado “caíco” ou “batera”, também construído com pranchas de madeira, mas com um fundo chato. Esses barcos variam de tamanho de 1.5 a 5.5 metros e são usados em pescarias em águas rasas (como nas pescarias de camarão com aviãozinho), no carregamento das redes e no transporte do pescado e pescadores.

As principais espécies capturadas na Lagoa dos Patos, segundo Walter *et al* (2018, p. 208), “são camarão, corvina, tainha, bagre e linguado. Outras espécies, como peixe-rei, siri, jundiá, viola e traíra, também são capturadas, em menores quantidades”, enquanto na Lagoa Mirim, segundo Basaglia (2008, p. 3), “há expressiva captura de traíras (*Hoplias malabaricus*), violas-cascudas

(*Loricariichthys anus*), jundiás (*Randhia aff. quelen*), pintado (*Pimelodus maculatus*), tambicos (*Oligosarcus spp*) e outras espécies de menor expressão”.

Por conta do desmonte institucional das secretarias federais e estaduais responsáveis para com o setor da pesca artesanal, promovidos após a destituição da presidenta Dilma, a obtenção de dados atualizados é insatisfatória e imprecisa, de forma que não foi possível precisar com exatidão o número de pescadores e pescadoras artesanais na região, tão somente foi possível elencar os dados já apontados por Walter *et al* (2018, p. 208) que relata existirem, no ano de 2012, “2.685 em São José do Norte, 2.398 em Rio Grande, 1.326 em Pelotas”.

Todavia, planejando ter um vislumbre da atual conjuntura da pesca artesanal, ainda que um recorte seja incapaz de alcançar uma totalidade real, consultamos os dados existentes e públicos do Portal da Transparência. E, estabelecendo uma metodologia para obter esses dados referentes aos municípios inseridos na pesquisa, foram colhidos dados dos meses entre fevereiro de 2020 à fevereiro de 2021, utilizando filtros do próprio Portal. Excetuando-se a esse método, para o município de São José do Norte utilizamos apenas os dados do último mês disponível, outubro de 2020, pois o site não permitia o download de relatórios que excedessem 1000 registros.

Assim, foi possível obter o número atual de beneficiários do seguro-defeso na região. Cumpre salientar que esse número não condiz com a totalidade de pescadores artesanais existentes, se resume apenas aos que conseguiram obter o benefício, de forma que entendemos existir um número maior, que por inúmeros motivos, não conseguiu acessar o referido benefício social. Conforme a Tabela 1, foi possível verificar que no período entre 2020 e 2021, existiam 2573 (dois mil e quinhentos e setenta e três) beneficiários de seguro-defeso na região do complexo lagunar Patos-Mirim.

Observamos que esse número de beneficiários não é nem a metade do que foi apontado por Walter *et al* (2018, p. 208), em que apenas a somatória de São José do Norte, Rio Grande e Pelotas totalizavam 6.409 (seis mil quatrocentos e nove) pescadores, número esse sem a inclusão dos pescadores pertencentes à Lagoa Mirim.

Tabela 1 Número de beneficiários do seguro defeso

Município	Período	Número de Beneficiários
Pelotas	02-20 a 02-21	487
Rio Grande	02-20 a 02-21	784
Jaguarão	02-20 a 02-21	43
Arroio Grande	02-20 a 02-21	205
Santa Vitória do Palmar	02-20 a 02-21	127
São José do Norte	Outubro de 2020	927
Total		2.573

Agora, tratamos acerca do período de defeso, que visa garantir ao menos uma reprodução dos indivíduos adultos das espécies exploradas naquele ambiente, no qual existem espécies diversas que são alvo de captura, e para cada uma existe um período em que a pesca é mais abundante, bem como existe o período em que essa espécie está em reprodução, quando então sua captura é proibida, e essa proibição é chamada de defeso.

Assim, fica regulamentado o Defeso, conforme o artigo 1º, § 2º da Lei 10.779 (BRASIL, 2003):

§ 2º O período de defeso de atividade pesqueira é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em relação à espécie marinha, fluvial ou lacustre a cuja captura o pescador se dedique.

Tal questão, no que se refere ao estuário da Lagoa dos Patos, fica regulada por duas Instruções Normativas, a primeira é a Instrução Normativa nº 197/08 (Brasil, 2008) que regula no artigo 4:

Art. 4º. Fica anualmente proibida a pesca, no período de defeso, fixado no interstício de 1º de novembro a 31 de janeiro, nas bacias hidrográficas dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

E a segunda é a Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP N° 3/2004 (BRASIL, 2004), que no seu artigo 8º explicita acerca da origem do Fórum da

Lagoa dos Patos, o qual foi instituído como comitê de ordenamento da atividade na área.

Art. 8º Os pedidos de Licença Ambiental de Pesca, desde que solicitados no período estabelecido no art. 7º desta Instrução Normativa, somente serão concedidos depois de ouvido um fórum com atribuições específicas para o Estuário da Lagoa dos Patos, composto por representantes das comunidades pesqueiras, entidades de classe dos pescadores da região e da sociedade civil organizada.

Parágrafo único. O fórum de que trata o caput deste artigo exercerá funções consultiva e cooperativa às ações da SEAP/PR e do IBAMA.

Quanto a Lagoa Mirim, compete a Instrução Normativa conjunta MMA/SEAP N° 2 (BRASIL, 2004), em seu art. 7º estabelecer a delimitação temporal do defeso:

Art. 7º Proibir, anualmente, de 1º de novembro à 31 de janeiro, a pesca nas Lagoas Mangueira e Mirim e seus respectivos tributários (lagoas marginais, banhados e afluentes), correspondendo ao período de reprodução dos peixes.

Assim, como disciplinado pela legislação, o pescador artesanal fica proibido de exercer a pesca nesse referido período, e se ocorrer a pesca, irá incorrer em prática criminosa, tipificada em lei, conforme o art. 34 da lei 9.605/99 (BRASIL, 1998), conhecida como Lei de Crimes Ambientais:

Art. 34. Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente:

Pena - detenção de um ano a três anos ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem:

I – pesca espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos;

II - pesca quantidades superiores às permitidas, ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos;

III - transporta, comercializa, beneficia ou industrializa espécimes provenientes da coleta, apanha e pesca proibidas. (grifo nosso).

Ainda, para fins de recebimento do seguro defeso, não deve exercer outras atividades laborativas, sob pena de perder a condição de segurado especial, conforme leitura do Art. 1º, § 4º da Lei 10.779 (BRASIL, 2003):

§ 4º Somente terá direito ao seguro-desemprego o segurado especial pescador artesanal que não disponha de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

No ano de 2014, se dá a instauração da Portaria MMA 445/2014 (BRASIL, 2014), em conjunto com a Lei Estadual nº 51.797/2014 (Rio Grande do Sul, 2014), que elencam os bagres marinhos das espécies *Genidens barbatus* e *Genidens planifrons* como ameaçada de extinção e assim, a sua captura está proibida desde 2016 (WALTER *et al*, p. 201). Essa decisão foi muito criticada pela comunidade da pesca artesanal, que sobrevive da pesca, inclusive da captura dessa espécie proibida, bem como pela tomada de decisão sem qualquer consulta aos pescadores e seus fóruns e comitês, assim como questionam a impossibilidade da pesca de outros espécimes sem que, incidentalmente, o bagre proibido, também venha a ser capturado, de forma não intencional, e que, mediante as fiscalizações, implicava em pesadas multas aos pescadores, gerando diversas mobilizações na classe, como relata o *Entrevistado 2*:

a gente viajou pra Porto Alegre, acho que mais de uma vez, pra audiências lá na Assembleia Legislativa, audiência pública no Ministério Público Federal, lá em Porto Alegre... Por causa do bagre, pra defender nossa pesca do bagre e até hoje a gente tava nessa batalha, assim como a pesca do bagre, né. Nós avançamos também e hoje a gente, se não fosse esse... esse apoio dos órgãos, mas tudo porque nós tivemos apoio dos órgãos a partir do momento que a gente se estruturou, nos organizamos, né, e fomos atrás de um direito nosso de pescador, né, como entidade, como que representação. Às vezes a Colônia, o pescador e a Colônia e às vezes o Fórum da Lagoa, né... as colônias... dos pescadores das colônias, juntos ali através do Fórum da Lagoa, a gente... a gente conseguiu avançar, conseguimos, vamos dizer assim, garantir, né...

Uma grande crítica advém da suspensão liminar da Portaria 445/2014 por conta de recursos dos pescadores industriais de Santa Catarina, enquanto continuava vigendo a Lei Estadual nº 51.797/2014 (Rio Grande do Sul, 2014),



impedido apenas os pescadores do Rio Grande do Sul de realizarem a captura, como dito por Walter *et al* (2018, p. 202):

Este fato revela ainda mais a arbitrariedade da decisão, dado que a indústria pesqueira, que atua sobre o mesmo recurso em alto mar, permanece possibilitada de realizar as pescarias desde que o pescado seja desembarcado em outro estado.

Apesar das dificuldades narradas, também existem conquistas que motivam a comunidade para mantê-la como uma unidade e não esmorecer, como: a construção coletiva dos Fóruns e Comitês obteve êxito em aprovar junto ao legislativo a Lei Estadual nº 15.233/18, que prevê a proibição da pesca do arrasto nas 12 milhas náuticas (22 km de extensão da praia em direção ao mar), em todo o litoral do Rio Grande do Sul. O *Entrevistado 1* relata sobre o processo de mobilização da classe e a construção do diálogo junto de outras instituições como a FURG e MPF – Ministério Público Federal:

[...] tinha uma outra proposta que era a proposta de criação de mapa, e de novo assim, aí, o qual foi a minha posição, de não, vamos ouvir os caras, entendeu, deixa eles falarem mas deixa falar, entendeu? Não fica... porque **quando se deixou falar, eles construíram a melhor coisa que pode ter acontecido no planeta**, entendeu, que foi **proteger doze milhas náuticas em todo território, toda a extensão do Rio Grande do Sul**, né! Proteger contra o arrasto, né, e além... além disso ainda, criar uma política, uma lei que estabelece uma política pesqueira para o Rio Grande do Sul, paro no arrasto, mas é isso e ponto, a lei tá ali é uma bandeira de luta que a gente tem que bancar depois, né, porque aí também, assim, é o marco, é a uma bandeira de luta, né, porque assim, o... as pessoas as vezes, tem muita confusão e quando eu tava no governo eu via muito isso, “ah gente quer uma política pública, a gente quer...”, cara, uma lei é um papel, hoje nem papel mais é, né, um troço no computador, na rede, mas assim o que... que dá sentido aquilo ali é a luta que faz em relação a ela. Então assim a gente proibiu, o arrasto já não pesca mais [...].

Com o advento dessa lei, já há relatos dos pescadores acerca do aumento da pesca dentro do estuário, conforme se observou em matéria jornalística do Correio do Povo<sup>2</sup>, que diz:

No dia 29 de novembro do ano passado (2019), o pescador Alessandro Rodrigues, 37 anos, postou no Facebook um vídeo em que aparece muitos peixes em uma rede em uma praia de Rio Grande. Na descrição ele colocou: “pesca abençoada no Cassino”. O feito foi comemorado como um milagre pelo morador de São José do Norte, que tem uma esposa, dois filhos e pesca desde os 12 anos de idade. “Antes da lei (lei estadual 15.223) era bem menos peixe. Melhorou bastante. A pesca da corvina estava até parada. E após a lei, a corvina voltou para a praia. Dois meses de safra, aconteceu três vezes a mesma cena que postei no Facebook”, avalia.

Ainda, citamos Cardoso *et al* (2018, pg. 49-50) que fala sobre os impactos positivos que a referida legislação trouxe à economia da região de Rio Grande:

A partir de todos os resultados, pode-se deduzir que, ao estabelecer o deslocamento do arrasto de fundo para além das 12mn no litoral do RS, tanto a economia da pesca, como toda a economia local e regional seria potencialmente beneficiada, impactando não apenas os industriais da pesca (donos de embarcações e empresas processadoras), mas produzindo efeitos mais amplos, multiplicado na forma de geração de renda e emprego às economias projetadas pela cadeia produtiva desta atividade.

Isso porque a prática da pesca de arrasto além de ser extremamente predatória, diminuindo o número da espécie que se buscava capturar, também afetava as demais que eram capturadas incidentalmente e por não possuírem valor de mercado, eram descartadas. Vale mencionar ainda que a prática danificava o leito do oceano, arrastando e revirando os sedimentos. Tal questão

---

<sup>2</sup> <https://www.correiodopovo.com.br/especial/o-mar-est%C3%A1-para-peixe-no-rio-grande-do-sul-1.397966>

ainda se encontra em disputa, entre os pescadores da pesca artesanal e os pescadores da pesca industrial.

Temos assim, uma apropriada e sucinta exposição do balizamento legal para a pesca no complexo lagunar Patos-Mirim, bem como as disputas e dificuldades existentes. É neste contexto que estão inseridas as lideranças entrevistadas, que são sujeitos neste meio territorial e social, que compõe a pesca artesanal.

### 3. COM A PALAVRA: OS PESCADORES

#### 3.1. Constituição e formação na pesca: redes e relações para a liderança

Na busca pelos aspectos ontológicos da constituição do pescador, a forma como se insere em sua comunidade e entender os processos de organização e representação na perspectiva do sujeito “liderança”, foi perguntado: “Como se tornou pescador? Conte sobre sua trajetória no mundo da pesca e sobre a vida na comunidade pesqueira.”. Essa pergunta intentava compreender como se deu a relação do sujeito com a atividade, a origem de seus vínculos e aprendizagem do ofício.

No que se refere à formação do sujeito e sua constituição na atividade pesqueira, o *Entrevistado 2* diz que: “comecei a pescar com o pai com treze anos”, e que: “na ocasião o pai tava dando problema nele de, de, ficou com um problema de coração tava, enfartou, essas coisa assim”, o que demonstra a relação de necessidade com a atividade, desenvolvida no seio da relação familiar, na qual um dos provedores perde sua capacidade de exercer a atividade e o filho que possuía maiores condições de exercê-la passa a executá-la: “... eu comecei a pescar... eu comecei foi, já foi acampar com pai na Ilha dos Marinheiros, lá. E aí dali eu comecei... comecei a minha vida de pescaria com treze anos... treze para quatorze anos”.

Essa situação se consolida com a formação do sujeito na atividade pesqueira, enquanto desenvolve a prática da atividade e se constitui alguém que vive a vida pesqueira, no sentido de possuir a capacidade de desempenhar adequadamente as atividades da pesca artesanal, como o mesmo relata:

e já com dezesseis anos... aí quando eu tinha dezesseis anos eu já... eu já era responsável pela... pela pescaria... o pai não podia fazer força nenhuma, né. E aí eu já tinha aprendido a trabalhar, né... ele só... com dezesseis anos ele andava comigo ainda... nós andávamos os dois pra mim me orientar e tal, mas eu que já andava de patrão... eu que já... é... já virava motor, né... motor também que é motor a óleo pesado, né, pra virar o pai não podia virar, eu que virava o motor, eu que já pintava as embarcação, eu que já arrumava as redes com ele, né... ele cortava, eu fazia os feitiços e eu emendava, ajudava em trabalhar e arrumar as redes. (...) era muito trabalho e eu já fiz dezesseis anos eu era responsável.

Na narrativa do *Entrevistado 2*, ao expor que: “com dezessete anos o pai não precisou andar mais comigo”, denota-se que já havia aprendido o ofício e poderia, com desenvoltura e competência, exercê-lo sem supervisão.

A relação de ensino e aprendizagem no contexto familiar se manifesta na relação do *Entrevistado 2* com o seu irmão, conforme o mesmo narra ele “já tinha quatorze anos e... eu agarrei... levei ele para trabalhar comigo, ensinei ele a pescar, ensinei ele andar na ponta, no caso a conduzir a embarcação”.

De semelhante modo, tal situação também se manifesta nas falas do *Entrevistado 1*, que diz:

“eu nasci né, filho de pescador, e fui indo assim, fui, é, não foi uma questão de opção, enfim, né, eu nasci numa família de pescadores e acabei indo né, com o pai, com a família, né, no meu caso assim, tu não vira, né, tu é, eu pelo menos vejo assim.”

Na narrativa do *Entrevistado 3*, acerca de como se origina sua relação com a pesca, este relata que:

Sou pescador e tu me pergunta por que ou como ser pescador, isso é do vô, do pai, da mãe, dos tios, então tu acaba aprendendo a atividade, às vezes, no meu caso, meio que obrigado, por causa que a gente começou cedo. Obrigado que eu digo em circunstâncias de ter que trabalhar cedo, a gente com pouco estudo, e não tinha estudo da época, então a gente acaba... e era cultural o pai ensinar o filho, no meu caso foi os meus tios, porque meu pai faleceu muito cedo, e eu fui criado com os tios e dali, até o processo mais rigoroso porque os tios ensinam, mas, enfim tenho muito a agradecê-los. Mas geralmente 12 anos, essa faixa aí tu já te tornava um pescador, eu fui mais precoce em função de ter falecido o pai, muitos irmãos, 9 anos eu já estava em frente das redes, aprendendo, enfim, não fuge muito dos outros da minha época, que aprendeu com o pai ou com tio ou com irmão, ou com avô [...].

De maneira similar, o *Entrevistado 4* relata que:

[...] na verdade eu sou nativo né, sou filho de pescador, fui criado na água e na selva [...] eu nasci em 1961, na barra do Rio Jaguarão, lá na Lagoa Mirim, fronteira com o Uruguai [...] porque era tudo mais difícil, naquela época a pesca era tudo a base de remo, vela, cara e coragem, hoje a modernidade nos dá um conforto muito grande, mas naquela época, era muito difícil.

Eu, eu praticamente, eu, eu nasci dentro de um barco, dentro de uma canoa, né, na barra do rio Jaguarão, meu pai era pescador, então daí

a gente nasceu e se criou, viveu até, a minha infância toda foi praticamente na pesca, eu só, **eu fui me registrar a pescador** em 1977, quando eu fiz meu primeiro registro como pescador amador, aprendiz de pesca, mas era **só para preencher as regras, porque na verdade eu já, eu já vinha com os dedos calejados, e eu já conhecia o dente da traíra e dor que dava.**  
(Grifo nosso)

As dificuldades na pesca são comuns aos quatro entrevistados, que de forma uníssona, salientaram que passaram por diversas dificuldades desde o momento que começaram na atividade, como os instrumentos precários, as alterações climáticas e ambientais que diminuía as espécies pescadas, as restrições legais e a dificuldade de acessar serviços do Estado.

No decorrer dessa constituição do sujeito na pesca, questionamos como se dá início da atuação no protagonismo comunitário e ascensão à formação de uma liderança na comunidade, com a pergunta: Como se tornou uma liderança? Qual a trajetória percorrida? E se ou quem o influenciou nessa caminhada. Tal acontecimento pode ser observado em momentos nomeados “situações limite”, em que o sujeito se encontra diante de uma escolha, uma tomada de decisão que lhe força a sair da zona de conforto e iniciar uma nova trajetória.

Essa construção da situação limite é observada na fala do *Entrevistado 1* quando este diz que: “o sair da pesca era abandonar mesmo, era sair, virar as costas e virar empregado em algum lugar, peão (...)”, de forma que, para garantir essa saída, mas com segurança, se fazia necessário, no entender das famílias, que os filhos estudassem para alcançarem uma vida melhor, de tal forma, relata ser a melhor opção: “era alguém estudar no que hoje são os IFs (Institutos Federais), nas escolas técnicas, e arranjar emprego fora, isso era o sonho de consumo das famílias da Z3”, e para garantir o acesso ao ensino capaz de transformar a vida de desse sujeito, “a família toda se unia pra comprar vale transporte que era um horror de caro, para o jovem poder estudar e vazar de lá.”

Quanto a fala do *Entrevistado 2*, a situação limite para seu inquietamento foi, como o mesmo relata, originada de denúncias: “começamos a ter um problema aqui na comunidade (...) um problema, é, de, de denúncias e de uma perseguição em cima do pescadores”. Relata ainda que após diversos pescadores das comunidades serem denunciados, perseguidos, levando a comunidade para uma situação de insegurança e temor, “as pessoas não tinham

nem galinha mais, sabia? Nem galinha no pátio podiam ter, até as redes das pessoas no período... no prazo do seguro-defeso... as pessoas pra remendar as redes tinham que se esconder nos matos, sabias?”, e nesse período ele também foi denunciado e precisou atender aos chamados dos órgãos de fiscalização e de justiça, de forma que num desses momentos, indignou-se com a situação, enquanto prestava depoimento na Polícia Federal, onde foi dito que: “(...) porque o senhor faz... faz defeso e o senhor não... não vive da pesca”. Diante do presente questionamento, o *Entrevistado 2* narra que respondeu da seguinte forma: “vem cá, donde vocês sabem que eu não vivo da pesca, se vocês nunca me viram e eu nunca vi vocês na vida... vocês não me conhecem e eu não conheço vocês, como é que você sabe que eu não vivo da pesca?”. Assim, manifestou aos indivíduos que ali estavam, o cumprimento dos requisitos legais para o exercício da atividade, bem como documentos comprobatórios, ao qual foi posto em dúvida por uma das pessoas ali presente, que disse: “olha, nem todo mundo que tem documento é pescador... esse documento não comprova nada”.

Diante de tal situação, se manifesta toda a revolta e desconforto com as sucessivas ações de depreciação de sua atividade, do seu sustento, do seu modo de vida, despertando assim, forjado pela situação que lhe pôs em descrédito, o sujeito que iria confrontar a situação, se opondo e não mais abaixando a cabeça. Uma de suas manifestações acerca desse evento foi responder “quem são vocês pra dizer que eu não sou pescador, por um acaso vocês deram comida pros meus filhos? Vocês sustentaram meus filhos? Vocês nunca me deram nada” e a seguir, confrontando aqueles que lhe questionavam, diz que: “eu sou pescador sim e falei, olha vocês vão lá, porque eu roubei do governo. Então vocês vão lá na minha casa e vão ver o que eu roubei do governo, vocês vão lá”. Após esse acontecimento, o *Entrevistado 2* relata que se viu diante de uma situação de decisão sobre o que iria fazer de sua vida.

“eu sou uma pessoa de bem, né, nunca tive problema, nunca briguei com ninguém, nunca tive desafeto com ninguém... aquilo começou a... me deu uma angústia, uma tristeza que foi só me afetar muito e eu digo... eu vou... vou... digo o que que eu faço? Eu vou matar esse homem, vou brigar com esse homem, eu vou, sabe... comecei a fazer uma avaliação que que eu ia fazer da minha vida daqui pra frente, né.  
(...)

vou me embora... alternativa que me veio, vou embora daqui, não quero mais pescar já tinha ido... as pessoas tava indo embora muita gente aqui também... embora também, daqui desse lugar. Não quero mais”.

Nesse contexto de acontecimentos, importa salientar a importância da educação, afetuosa e libertária, na contextualização freiriana (FREIRE, 1996, p.42) que diz:

“às vezes mal se imagina o que pode passar a representar um simples gesto de um professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à assunção do educando por si mesmo.

O *Entrevistado 2* narra o seu interesse pelos estudos e sobre a oferta de concluir seus estudos.

“eu tinha o Ensino Fundamental incompleto, eu tinha, estudei até o, até o quinto ano, eu sai do colégio com treze anos. Só que eu sempre gostei de estudar e eu nunca pude estudar, nunca mais podia ter tido estudar, tentei várias vezes e não consegui. Aí começou, eles fizeram um projeto bem, sabe, tá bem estruturado de parceria e eu entrei, comecei estudar, ai ali conhecia, eu fiz amizade com as professoras e tal (...)”

Isso ocorreu foi durante um projeto de educação para pescadores, realizado na comunidade, com organização da Marinha, Prefeitura e FURG, que teve papel vital na tomada de decisão, uma vez que, após expor a situação aos educadores, recebeu a sugestão de: “Não vai, ela me deu um conselho; (...) não vai te embora, luta, se junta com as pessoas que estão passando por essas dificuldades e vai à luta”. Inicia-se assim, o ingresso do sujeito na Colônia de Pescadores, na qual inicia a disputa pelo espaço, na busca de transformar a realidade que lhe confronta.

No ápice da questão decisória, foi possível ao sujeito a compreensão do seu lugar no mundo e a necessidade de ocupar aquele espaço *per si*, efetivamente, e assim, desabrochar ali o sujeito que desacomodado, busca seu lugar no mundo, que fala, pensa e dialoga com os demais membros da comunidade.



Eu não fiquei calado mais que até então, todo mundo tinha, ficava calado, com medo. E eu comecei a falar, eu ia pro radio falava, eu dentro do ônibus eu falava, na parada do ônibus eu falava. E que o pessoal foi se acendendo, foi se acendendo, foi se acendendo e aquilo foi aumentando, né. Aí ganhamo a eleição da colônia aí eu comecei a mobilizar as mulheres, tinham cortado o seguro das mulheres porque não sei o que... que... porque a mulher não pode receber, porque isso, porque aquilo... e eu já fiz uma movimentação, tem jornal la na colônia, o Ministério Público na coluna, enchemo de mulher e foi... entramo numa ação aquela...

(...)

A coletiva, ACP, né, e entramo ganhamo, graças a Deus o Ministério Público nos ajudou um monte e começamo a, a reverter as coisas, sabe?

Interessante a manifestação do *Entrevistado 2*, ao citar acerca das mulheres, pois essa é uma das questões que perpassa a pesquisa e por conta das restrições pandêmicas, não se conseguiu entrevistar lideranças femininas, mas cumpre salientar que, dentre as dificuldades que a pesca artesanal enfrenta, necessário pontuar a desigualdade de gênero, que existe na própria classe.

O trabalho realizado pelas mulheres, dentro das atividades pesqueiras, não é visto como pesca, mas tão somente uma consequência da atividade, o que acentua ainda mais as desigualdades. Existem relatos de impedimento do cadastramento dessas mulheres junto às Colônias, sob alegação de não pescarem, como se a pesca fosse tão somente a coleta no rio ou mar, e os demais processos de beneficiamento, imprescindíveis, não se relacionassem diretamente, conforme relato de Alencar *et al* (2015, p. 12 e 13):

Elas realizam a pesca cotidianamente, mas encontram resistência das próprias lideranças da Colônia para registrá-las nessa entidade como marisqueiras. Essa negação da identidade causa sérios prejuízos às pescadoras, que não podem ter acesso a documentos que comprovam o exercício da profissão perante o Estado. Com isso, são impedidas de ter acesso ao RGP, a SDPA, a aposentadoria, dentre outros benefícios.

Uma excelente exposição de tal realidade é apontada por Lopes *et al* (2019, p. 50):

As mulheres sempre estiveram presentes na cadeia produtiva da pesca e possuem papéis de grande importância desde as atividades de pré às atividades de pós captura do pescado, além de atuarem como

pescadoras. Desde meninas, aprendem as artes da pesca com familiares, uma vez que esses saberes estão há gerações dentro das famílias tradicionais pesqueiras. Porém, seu trabalho nem sempre é reconhecido com a devida importância e prestígio. As mulheres sofrem pela invisibilidade que, em muitos casos, torna imperceptíveis as atividades desenvolvidas, vistas apenas como uma "ajuda" ao trabalho dos outros familiares (companheiro, pai, irmão) e não como um trabalho produtivo que precisa ser remunerado adequadamente ou mesmo o reconhecimento profissional legal para a garantia de direitos sociais como, por exemplo, a aposentadoria e o seguro defeso.

Também necessária a observação de Hellebrandt (2017, p. 120), esta aborda questões sobre os danos à saúde pelas atividades desempenhadas pelas mulheres, bem como a ausência de amparo previdenciário e de direitos trabalhistas básicos, uma vez que:

o tempo livre da manutenção da casa é utilizado para melhorar a renda da família no período de safra do camarão, em detrimento da saúde e do reconhecimento enquanto trabalhadoras na pesca. O processamento de pescados é feito manualmente, ao longo de muitas horas, executando os mesmos movimentos, repetidas vezes. Nas entrevistas realizadas, problemas de saúde por esforço repetitivo como tendinite foram citados. Além disso, o contato constante com o camarão prejudica a pele e pode causar alergias devido à substância gelatinosa desprendida da carapaça do crustáceo

Assim, para garantir o sustento familiar, uma vez que a renda obtida é pouca, sempre se faz necessário o complemento financeiro. Apontamos essa problemática que é a recepção, pelo Estado, da atuação das mulheres nas atividades relacionadas com a pesca, que não são a captura.

O *Entrevistado 3* narra que o seu ponto de partida para iniciar a tomada das rédeas na liderança de sua localidade ocorre por conta da inconformidade com o estado das coisas, e do interesse em buscar soluções para melhorar as condições de vida e trabalho dos demais pescadores. Em sua fala, o *Entrevistado 3* relata que:

(...) tu tem os irmãos, né, a minha família são de cinco irmãos e duas irmãs e os outros quatro, juntamente, comigo se atiraram na pesca, né, não tinha outra opção, e vários de nós, como eu te disse naquela época era... era uma cultura de passagem de ensinar e a gente queria que os irmãos também pescassem, os tios influenciaram, e as irmãs casaram com pescadores e, e, e a gente foi para pesca, aí, de um certo tempo, quando, é que depois de uns 15, 10, 15 anos de pescaria eu acabei abandonando a pesca para uma outra atividade, aqui na comunidade

mesmo, era, trabalhava no armazém pra ti ter uma ideia troquei totalmente, de pescador surgiu uma oportunidade para trabalhar no armazém, eu fui experimentar, e aí experimentei por mais um ano, mas não tem para nós, se tu for hoje não te inserir na pesca, te inserir no trabalho urbano, indústria, é uma coisa, agora tu vir da pesca e vim pra esse trabalho, é difícil a adaptação; muito difícil a adaptação; o horário de cumprir, eu passei muita dificuldade nessa; nesse tempo que eu fui para; para outra; outra atividade e acabei voltando para pesca, aí, quando eu voltei para pesca, eu em função de trabalho de terra e eu fui conhecer outras pessoas de outras atividades e trocando algumas ideias além da pesca; pessoa fica muito na pesca, na pesca, pescando tá pescando, tem um outro mundo que tu acaba não percebendo. Eu tive a oportunidade de perceber que havia oportunidade de eu não pescar mas ao mesmo tempo ajudar, principalmente, meus irmãos, meus amigos da época que; eu sentia que; que já tinha a entendida que é quase centenária e a gente, pelo conhecimento, aí, vai adquirindo, via que tinha algumas oportunidades, governos novos aparecendo oportunidades, financiamentos, alguns, alguns, benefícios que a, que a diretoria da época não estava procurando, não era falta de interesse, muito pelo contrário, todos que passaram por aqui deixaram seu legado, e os da época estavam acomodados né, não querendo expandir, era umas pessoas já há muito tempo aposentadas, houve eleição, mas numa boa, tranquilo, mas eu tinha uma ideia de avançar, de procurar coisas melhores para os pescadores, eu passei no trabalho, eu posso dizer, eu não passei fome, na minha infância, mas eu passei dificuldades, e eu via né nos pescadores, assim, muitas dificuldades, alguns ainda andavam a remo, coisa que tinha pelo governo federal da época, independente de política, tinha alguns benefícios para alguns pescadores, por exemplo, de Rio Grande e de outras regiões, e a gente sabia e os nossos não tavam tendo acesso por, não é falta de interesse... é, enfim, organização [...] aí eu me juntei com mais uns dois ou três meio maluco, nos fomos taxados de malucos por causa que a mudança, novidade gera, gera muita expectativa né, e nós era na verdade mais novos, os que tava aqui estava aqui sempre foram pessoas aposentadas, que ficavam aqui, se aposentavam e pegavam a entidade [...].

Na sequência, explicando acerca dos motivos que impulsionaram sua tomada de decisão em relação a disputar o cargo de liderança de sua comunidade, o *Entrevistado 3* manifesta acerca dos processos burocráticos e da satisfação de conseguir ver seus colegas de profissão conquistando melhorias nos apetrechos e instrumentos para o exercício da atividade, se sentido dessa forma, recompensado:

eu comecei a conhecer outras pessoas e saber dos incentivos benefícios dos pescadores tinham e aqui não tava acontecendo, não era por falta de vontade, como expliquei, eu senti a diretoria que estava na época, acomodada, por exemplo, 50 pescadores pegaram um financiamento no banco e eu tive que assinar para eles, né, isso o presidente sabia que tinha, mas ele não assinava porque ele tinha um certo receio de... eles não pagarem e como dizemos nós... sujar o nome da entidade que é muito bem vista graças a Deus, e dele também e isso me chateava muito, dizer assim “poxa, meus companheiros

andam a remo, eles poderiam pescar melhor...”. Tem alguns companheiros, aí que enfim, eu sabia que tinha benefícios e... e a diretoria tava acomodada, não é crítica, veja bem, acomodar é uma coisa, e não querer fazer é a outra. E aí eu fui no banco, Banco do Brasil saber e o gerente disse para mim que sim, que tinha essa possibilidade, mas o que eu teria que assinar e se eles não pagassem, eu não teria que pagar, mas eu era responsável, e eu não, eu me responsabilizo, porque se eles não tiverem numa safra eu posso negociar na outra. E a gente foi... foi se inteirando dos assuntos, né, e eu acho que a motivação foi essa, eu queria ver os pescadores melhores, trabalhando, melhores, não passando tanto trabalho como eu passei e outros estavam passando, acho que esse foi o principal motivo, assim ó, melhorar a vida dos meus companheiros e eu digo, eu conto sempre isso quando alguém toca no assunto de financiamento, eu fiz para os pescadores mais pobres, eu fiz não, nós somos uma diretoria de 12 pescadores, nós fizemos para os pescadores mais pobre que tinha na comunidade, numa faixa de 50, tinha 10, que eram bem precária mesmo... mesmo que eles fizessem boa produção, eles, se fosse pagar o financiamento para o primeiro ano, eles se apertariam do orçamento e foram os primeiros que pagaram, até um me pagou com moeda, juntou moedas para pagar a primeira parcela do financiamento. Então, tu imagina, tu veio com uma ideia de ajudar os pescadores, incentiva-los, e tu recebe um incentivo desse (...).

Também se manifesta o *Entrevistado 4*, relatando que sua relação com a comunidade e vinculação com a liderança na pesca artesanal se formou juntamente com a sua infância e juventude, de forma que a consolidação foi um processo intrínseco a sua formação pessoal, enquanto sujeito no mundo, no mundo da pesca, em meio as dificuldades daquele contexto e das previsões de um futuro melhor, que ele percebeu necessário ser conquistado, para que se fosse possível realizar, efetivamente:

O que que a gente percebeu, na verdade, a gente, todos nós, a gente tem uma certa influência de ser alguma coisa, que vem da natureza, aí depois tu começa a pegar tua tendência, eu mesmo quando era pequeno, eu sempre fui meio ligado a grupo, assim, onde tinha mais uma pessoa eu tava, meu pai tava conversando com os outros pescadores, eu tava, só que naquela época tinha o tal de “respeita os mais velhos, não tem que escutar as conversas dos outros”, igual eu tava, passavam brigando comigo para eu não ficar escutando conversa mais velho, mas eu tava, então assim, tinha três guri o terceiro eu eu. Eu sempre fui assim meio, e daí eu vi eles ouvi muitas vezes eles conversando “essa mudança que nós temos agora”, só que essa mudança faz poucos tempos tempos atrás, 60 e poucos anos atrás, assim, vamos botar 50 anos atrás, eu escutava isso que eles falavam que ia haver essa mudança, eles tinham uma experiência, eles vinham de tempos muitos difícil, da guerra mundial, eles vieram das recessões, eles vieram da ditadura, então assim, eles viveram os extremos pra poder sobreviver, então eles conheciam não no livro, mas eles conheciam na necessidade, meu pai tinha um pouco de conhecimento porque ele lia bastante, meu pai tinha muito conhecimento, e era, como te disse, ele era navegador na marinha mercante, então assim, ele



Essa capacidade de ouvir e compreender se faz necessária, e razão pela qual as lideranças devem ser orgânicas e locais se comprova na narrativa, pois um sujeito estranho à atividade e a comunidade não conseguirá, efetivamente, ouvir os quase sempre silenciados pescadores, e muito menos construir um diálogo, pois não sabe ouvir e compreender as demandas que eles possuem.

Os múltiplos elementos constitutivos da formação de uma liderança, são pautados pelo trabalho, o que torna muito complexa as relações com o mundo. Isso se nota a partir da escuta atenta, em que se pode observar, por exemplo, um momento que é muito importante e é presente na formação das lideranças, é o envolvimento familiar, como visto, a participação das crianças na faina diária para introduzirem os aprendizados sobre a atividade pesqueira como uma prática social.

### **3.2. Possibilidades: fazer com e não em nome do pescador**

Quando questionado acerca do que poderia ser diferente na conjuntura da pesca artesanal e sua relação com a sociedade, nas esferas políticas e jurídicas, o *Entrevistado 4* coloca uma argumentação que toca exatamente nos pontos vitais do que é e como deveria ser a representação na categoria:

é oque que a gente tá tentando fazer, né, é tentar chegar até o pescador, porque o que acontece até chegar ao pescador, **muita coisa é feita no nome do pescador, e não é feito com o pescador.** Enquanto a gente não trabalhar ouvindo pescador, mas o legítimo lá na barca nada muda, porque quem chega para reivindicar é o cara já tá preparado, o pescador mesmo o nativo, o semianalfabeto, esse aí ele vai ser sempre usado, ele praticamente é intimidado para não aparecer, ele só tem que vender o voto dele.  
(Grifo nosso)

Ao dizer que “muita coisa é feita em nome do pescador, mas não é feita com o pescador”, o *Entrevistado 4* atinge o cerne da discussão do que é uma liderança orgânica e o que é uma liderança sem vinculação com a atividade, e dos efeitos nocivos que isso causa, pois quando não há participação nos espaços, sujeitos estranhos se apropriam para obtenção de benefício próprio, o que acaba prejudicando toda a comunidade.

Nesse sentido, também é a manifestação do *Entrevistado 2*, que relata:

[...] a gente consegue se entender por que todos entendem, eu falo a mesma língua, todos têm o mesmo, né, vamos supor já passaram pelas experiências, já sofreram problemas aí... e aí então a gente conseguiu, a gente foi avançando, a gente foi falando, né... e fomos atrás dos nossos direitos.

O *Entrevistado 1* se coloca em uma situação de questionar o que é ser liderança, pois isso ocorre diante da tomada de decisão da comunidade, uma construção que vai além do sujeito, pois para ser, é necessário que os demais reconheçam essa liderança, aprovem e auxiliem. Não acontece por uma decisão autônoma, mas sim coletiva:

[...] eu acho que esse negócio ele se constituiu, no processo, enfim, não teve “a partir de agora eu sou liderança”. Eu sempre tive e tenho até hoje uma dificuldade em me apresentar como liderança da pesca. Talvez isso esteja lá nos meus ossos, a coisa burguesa de quem é e quem não é pescador.

[...].

E também por ver muita gente que não é, talvez seja o negócio que mais pese, por ver muita liderança que não sabe remendar uma rede e se apresenta como pescador [...] mas dá um bote (barco), não sabe levar de um lugar pro outro. Eu sempre tive muito cuidado com isso, em ficar na retaguarda, de colocar quem de fato está ali, vive mesmo da pesca, às vezes dá certo, as vezes não dá. Mas eu nunca me apresentei como um sendo um pescador, sempre fiquei na retaguarda, mas claro, os pescadores me identificam como uma liderança, alguém que eles podem confiar.

Tais alegações se moldam ao exposto por Moura (2016, p. 141), quando trata acerca do que é ser líder e como atuam na comunidade.

[...] o líder é capaz de despertar o desejo nas pessoas de pensarem o seu tempo, participarem da construção do espaço onde habitam; colaborar com propostas na melhoria das condições de vida, sendo capaz de possibilitar com sua prática, o desenvolvimento de outras lideranças.

Diante das situações em que os entrevistados se constituíram enquanto sujeitos da comunidade até serem alçados à condição de liderança, temos, primeiramente, que observar sua identidade na comunidade, como relata o *Entrevistado 4*, ao dizer que:

eu sempre fui meio ligado a grupo, assim, onde tinha mais uma pessoa eu tava, meu pai tava conversando com os outros pescadores, eu tava [...]

eu já meio que integrava porque todo, meu pai ia nas Capitania dos Portos, da Marinha pra fazer os registros das embarcações, e eu tava sempre no meio, tava sempre junto, sempre ali, né [...]

E diante dessa situação, do sujeito que nasce e vive na pesca, fica o questionamento: quando vai estudar algo diferente do processo de pesca? Isso porque consideramos a pesca um processo de aprendizagem e ensinamentos, mas poderíamos equiparar o ofício a um curso técnico, uma vez que o processo, após compreendido, requer uma repetição contínua, com adaptações conforme a situação do momento. Ou seja, pescar, remendar redes e navegar não formam o sujeito, mas as relações sociais construídas com outros sujeitos no curso da atividade, sim.

Assim, pode se perceber que todas as constituições se deram no âmbito familiar e comunitário, com algumas influências externas que formaram os sujeitos. Essa formação educativa é algo que se manifesta nas falas dos entrevistados, ao relatarem que sentiam a necessidade do estudo, assim como gostariam de estudar e de que os jovens da comunidade dessem continuidade aos seus estudos. Isso porque, como já mencionado pelos *Entrevistados 2, 3 e 4*, o acesso ao ensino foi limitado pela necessidade de trabalhar para o provimento de sustento familiar. Essa situação é exposta por Alvaro & San Martin (2020, p. 79).

A média de escolaridade dos pescadores é o ensino fundamental completo e incompleto. Fato que é justificado pelo difícil acesso às escolas tanto na infância quanto na adolescência, assim como a necessidade de adquirir renda para ajudar a família.

Com maior precisão de dados, Kalikoski & Vasconcellos (2013, p. ix) relata que:

A taxa de analfabetismo entre os pescadores é de 10,9% estando acima da média estadual (3,1%). Ainda assim, por volta de 75% dos pescadores podem ser considerados analfabetos funcionais, por não terem concluído a escola fundamental.



O *Entrevistado 1* relata que as famílias faziam o possível para que os jovens estudassem e fossem trabalhar em outra atividade, pois a vida na pesca era e é muito sofrida.

Porque de fato era muito ruim, ainda é, muito duro, assim né mais, mas já foi muito mais duro do que hoje é, ser pescador assim, então, os pais queriam que os filhos fossem outra coisa, que não continuassem na pesca.

Interessante pontuar que, diante das manifestações observadas no contexto familiar do *Entrevistado 1*, se compreendia a necessidade de que os filhos estudassem e não precisassem depender da pesca para sobreviver, tal qual era com eles mesmo. Assim, o *Entrevistado 1* relata as dificuldades de ser pescador, pois é “muito duro, assim né mais, mas já foi muito mais duro do que hoje é, ser pescador assim, então, os pais queriam que os filhos fossem outra coisa, que não continuassem na pesca”, e corroborando tal forma de pensar, o *Entrevistado 3* relata que:

de uns 10 anos pra cá, não tem se conseguido isso, viu. Acho que até mais tempo, ninguém quer pescar mais, na realidade, tá difícil. Quem já estava na atividade fica, mas assim ó, até mesmo os pais se puder dar um estudo melhor pro filho, não vai querer que fique numa atividade que hoje está tão deficitária. [...] na minha época, não tinha outra opção, o meu filho teve outras, de estudar, né. Eu tive que parar com estudo com oito anos, oito, nove anos, não tinha mais, era naquela época hoje fundamental, mas nem era isso era... era... era o primeiro, quinto... quinto ano e daí tu não tinha que fazer, né, e a pesca era mais abundante.

Isso é o contrário do modo e forma de pensar da família do *Entrevistado 4*, que na sua infância e juventude, entre os anos 70 – 80, ele relata que:

queria ser marinheiro, eu quase prestes a ir pra Marinha, aí meu pai precisava de mim no grupo pra fortalecer família, fez um acordo lá com o homem da Marinha lá pra mim não ir e eu acabei ficando, daí depois eu queria ir pro fuzileiro naval, também não me deixaram, aí eu resolvi, aí entrei pra pesca, sempre com a intenção que um dia eu queria estudar alguma coisa

No caso, o sujeito entendia a importância do estudo, mas sua situação nunca lhe possibilitou ir além do que lhe foi imposto pela circunstância familiar, ou seja, mesmo ele querendo, foi impedido, pois a família precisava de sua força de trabalho para garantir a subsistência. Diante das falas citadas, percebe-se que a condição de pescador se consolida com o nascimento e crescimento do sujeito na família que exerce tal atividade, e também se dá a continuidade do aprendizado adquirido. Claro, ser pescador não importa nascer em família de pescadores, mas o aprendizado é algo que se dá com maior “naturalidade” no contexto familiar.

Nessa perspectiva, observando o exposto por Walter *et al* (2018, p. 210), que fala acerca das características dos pescadores do Complexo Estuarino Patos-Mirim, uma grande parte dos pescadores nasceu e cresceu na comunidade (72% dos pescadores) bem como “verificou-se que o ingresso na pesca entre vida toda, infância e adolescência envolve 77% dos pescadores entrevistados”. No caso dos *Entrevistados 3 e 4*, o início da atividade se dá na infância, sendo que o último relata que: “eu praticamente nasci dentro de um barco, dentro de uma canoa, na barra do rio Jaguarão, o meu pai era pescador, então daí a gente nasceu e se criou, conviveu até a minha infância praticamente toda foi na pesca”.

Inclusive, o *Entrevistado 1* relata que mesmo após o acesso ao estudo e ter ingressado na Universidade, se sentia incomodado quando nos locais, o espaço de fala dos pescadores era minimizado pelas autoridades que se faziam presentes.

eu resolvi estudar, foi de acompanhar o Fórum da Lagoa, num período que acompanhei, e ver que a palavra dos pescadores era muito tolhida, das lideranças da pesca, enfim, os caras falavam e sempre vinha alguém e dizia “ah, na verdade não é bem assim”, e aquilo me incomodava muito, sabe [...].

Mas eu botei na cabeça, vou estudar, me capacitar, pra enfrentar esses caras, também nessa condição. E contribuir com o debate dos pescadores a partir de alguém que pegou o canudo e tal [...].

Nesse sentido, se questiona: tendo estudo e possuindo conhecimento acerca dos direitos que possui o pescador já é intimidado, como é a situação

quando ele mal sabe escrever? O *Entrevistado 4* manifesta-se sobre isso ao dizer que:

Então assim, toda a vez que alguém chega nele, ele não chega nele com formação de educação, chega com formação de repressão, e ele fica intimidado, então ele continua fazendo o erro sem saber que ele tá errado, ele sabe que tá errado, e ele não tem outra alternativa e não dá tempo de ele pensar.

E para que aconteça o processo educativo do sujeito, é necessário o diálogo em que se consiga construir as etapas da aprendizagem com o pescador, não da forma bancária, mas na perspectiva freiriana, como aborda o *Entrevistado 4*.

E quando eu consigo orientar o pescador para impedir que ele seja preso pela PATRAM, que ele perca a sua rede, que ele tome um laço lá dos cara eu já fico feliz, porque eu sei do sofrimento que ele vai ter, e às vezes ele vai ter sofrimento pela ignorância dele. Agora ele não tem culpa por causa que eu estudo, estou me preparando, **ele não tem tempo para pensar até amanhã ele só pensa hoje**, porque ele tem que comprar boia, ele tem que comer, ele tem que ter dinheiro e mais dinheiro, e ele acha que vai ficar rico, **ai ele é explorado pelo comprador de peixe**. Ele tem condições de ser maior, mas ele se acha impotente né, é muita gente é muita é muita é muita, assim como eu vou te dizer, é muita sanguessuga para um peixinho só né.  
(grifo nosso)

Dando sequência, o *Entrevistado 4* segue falando acerca do seu modo de agir, semelhantemente ao processo educativo do educador freiriano, por entender o sujeito, se reconhecer no local que o outro está e a partir daí buscar construir a formação do sujeito.

Então fica difícil para nós estamos fazendo um trabalho educativo, de pude convencer o cara, porque o cara porque o cara diz que eu sei que eu tô errado, mas eu vou ganhar de que jeito? Esse aqui é meu ganho, ai tu tem que fazer o quê? Ai tu tem que ser flexível, com uma situação que eu sou advogado, sou juiz, promotor, sou pescador, sou delegado, sou sei lá, eu até tinha que rezar uma missa lá pros cara ficar satisfeito eu vou lá e rezo. **Porque eu vim de lá, e eu sei que quando eu converso com o pescador e sei até quando ele tá me mentindo né**, e quando o pescador começa a falar eu já sei ó, quer me contar a verdade, não precisa me dizer que eu já sei o que que é, então é mais difícil eu saber do pescador eu indo lá procurar informação dele do que eu ficar aqui assim, aqui eu sei tudo que ele tá fazendo dentro d'água. Então assim, as vezes eles se esquecem que eu existo e quando eu apareço eles ficam louco, apavorado, [...].

De vez em quando eu fico aborrecido quando eu faço o embate com cara que eu sei que ele sabe só que ele não quer entender, mas eu dou um tempinho depois ele vem se lamentando [...]  
(grifo nosso)

Observando esse desdobramento da percepção de mundo que se dá após o confronto de necessitar se opor a uma situação desafiadora, se percebe o papel da educação na construção de novas possibilidades e caminhos: ou ela é o caminho ou é uma forma de se encontrar o destino. Nesse sentido, pontuamos a educação popular de Paulo Freire (1987), no contexto da “pedagogia do oprimido”, o que permite a garantia da construção de conjecturas dialógicas entre sujeitos distintos, em especial os que possuem saberes não tecnicistas ou/e chancelados por instituições pertinentes, e assim, alcançar o pleno diálogo entre as pessoas, na formação desses sujeitos, na consolidação da formação e manutenção de movimentos sociais e lideranças comunitárias, no intuito de compreender como a classe se identifica, se (re)apropria de sua força e alcança a potência de se fazer ouvir, bem como consigam ocupar os espaços para garantir que ocorra o diálogo, e que passem de expectadores a interlocutores de sua caminhada.

E quando superadas as dificuldades, com a possibilidade de acesso ao ensino superior gratuito, por conta do advento das políticas educacionais, o que se percebe é um deslocamento da mão de obra dos filhos da pesca para os centros urbanos, uma vez que, agora qualificados para o mercado de trabalho, muitos jovens passam a ser assalariados, em uma situação mais cômoda que a dos pais, mas ainda de exploração.

Questionando essa situação, colocamos antes de mais nada, que o pescador é um trabalhador, e, como tal, explorado pelo mercado diretamente ao vender o pescado, fruto do seu trabalho, por valores indignos e que mal satisfazem as necessidades básicas dele e de sua família, ou por conta das interferências indiretas no ambiente, como exposto por Pereira (2006, p.99):

é uma marginalização dos pescadores artesanais, e isso ocorre de várias formas, uma delas diz respeito ao espaço territorial e a especulação imobiliária, que vai empurrando as comunidades para um cantinho cada vez menor, o que faz com que as famílias dividam um só terreno entre pais, filhos casados, avós e avôs. São várias gerações amontoadas à beira da Lagoa. Ali falta política pública de iluminação e

recolhimento de lixo, causando uma aparência de degradação ambiental e social.

Nesse mesmo raciocínio, Diegues (1995, p. 52) afirma que:

(...) A relação dessas populações humanas (pescadores) e seu meio ambiente marinho e de águas interiores exige um conhecimento mais sistemático e aprofundado. Esse conhecimento é ainda mais necessário no momento atual em que as comunidades de pescadores artesanais estão sob severa ameaça por causa da especulação imobiliária e da degradação ambiental, provocada por um modelo econômico que exclui amplas camadas da população, sua cultura e suas formas de organização. Parafrazeando Marx, a expansão capitalista sobre o espaço costeiro e marinho tem-se desenvolvido esgotando as duas fontes de riqueza: o mar e os trabalhadores.

Portanto, interessa questionar que o acesso à educação é imprescindível, mas essas comunidades devem ser alcançadas pelos benefícios de ter os seus jovens sendo apropriadamente remunerados e atuando na comunidade, um retorno social ao investimento feito, uma vez que para o filho estudar, os pais precisaram trabalhar ainda mais, os familiares foram onerados para garantir que a pessoa conseguisse obter a diplomação. É trágico que todo esse esforço resulte em alguém sendo explorado num emprego que remunere insuficientemente.

Essa questão de ter acesso ao estudo e não conseguir superar a exploração é muito complexa, e para melhor discutir esse ponto, nos baseamos nos conceitos de Mészáros (2006, p. 39), ao dizer que:

A alienação caracteriza-se, portanto, pela extensão universal da “vendabilidade” (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em “coisas”, para que eles possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras: a “reificação” das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em “indivíduos isolados”, que perseguem seus próprios objetivos limitados, particularistas, “em servidão à necessidade egoísta”, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade. (grifos do autor)

Citando Justo *et al* (2020, p. 134):

Ousamos dizer então, que alienação é “o trabalho que prende o homem ao fruto da sua atividade, a mercadoria, num ciclo que se

reproduz na sociedade capitalista, por conta da realização de atividades não compreendidas na sua total complexidade pelo sujeito que as executa”.

Essa alienação perniciosa, que afeta o mundo no qual o capital domina, e que alcançou a classe da pesca artesanal, tem sido culpada por prejudicar o modo de vida da classe, impedindo que vivam com dignidade. E, quando os jovens da pesca artesanal conseguem acessar serviços de ensino, são imediatamente cooptados pelo mercado de trabalho, e impossibilitados de retornarem à comunidade, para manterem o vínculo com a atividade. Como manifestado anteriormente, a pesca é uma profissão digna, mas que maltrata, cansa e envelhece. Com os avanços da modernidade tornou-se, para quem possui condições financeiras de adquirir os implementos, uma profissão muito melhor, como dito pelo *Entrevistado 4*:

[...] hoje a pesca passou a ser prazerosa, porque tu sobes em um barco, liga o motor e vai para água, joga um punhado de rede e senta lá e deixa a maré levar. Antes tu tinhas que arrastar o peixe, limpar o peixe, tinha que fazer... salgar o peixe, rema para levar para vender, e ir a Jaguarão pescar aqui, viajava 7 dias para chegar em Rio Grande com o peixe salgado para vender. [...]  
Hoje não, agora o pescador tem celular, e telefone celular, tem internet, tem motores automáticos, motores geradores... então eu fico confortável, aí quem é que está desfavorecido agora não é o pescador, quem está desfavorecido agora é o peixe, ele não tem como se defender, eu estou quase sendo advogado do peixe.

Essa questão de “quem está desfavorecido agora é o peixe, ele não tem como se defender, eu estou quase sendo advogado do peixe” nos remete ao fato de que há uma excessiva quantidade de captura para uma quantidade limitada de recursos, com a reprodução afetada pela monocultura de arroz dos entornos, a poluição e outros fatores que impactam no território, acaba por limitar a existência da pesca no lugar, o que leva a extinção. A situação pode ser melhor explicada por Walter *et al* (2018, p. 216) ao apontar

Os elementos apropriados pela gestão pesqueira para tomada de decisão são centrados nas características das espécies. Ignoram as características dos atores que exercem pressão. Sob o argumento da *sustentabilidade*, estabelecem uma medida incapaz de restringir a pressão sobre a pesca para aqueles agentes econômicos que exercem maior pressão sobre os estoques.

E acerca da injustiça ambiental e de como se configura a proteção de uma espécie e quais os mecanismos adotados para que se possa alcançar essa compreensão, vemos que:

A ausência de um recorte de classe na gestão pesqueira resulta em um processo discriminatório, cujos pescadores artesanais, dependentes da integridade ambiental e dos recursos necessários a sua reprodução social, são aqueles mais afetados quando da decisão sobre a proibição da pesca do bagre. Enquanto isso, outros atores, a exemplo da pesca industrial, que atuam em uma lógica de expropriação da natureza, garantem a manutenção dos lucros oriundos de suas pescarias. (Walter et al, 2018, p. 218).

Como bem colocado pelo *Entrevistado 4*:

Tchê, pra mim, não me adianta eu ter uma lagoa cheia de pescador e não ter peixe, então eu preciso que os pescadores se preocupe em cuidar do peixe e é uma das coisas que o peixe não tem hoje, defensor, e o que que nós temos dos órgãos ambientais, função, o cara tem cargos e função, recebe e fica sentado e ninguém vai fazer nada e quando tu procura a entidade pra conversar, os caras mal te recebem, já é com faca no dente, porque eu sou o chefe, então quer dizer se torna muito difícil, então eu sofro esse problema aqui

O trabalho da pesca, as relações entre os sujeitos e a questão de estar numa posição de liderança exigem responsabilidade e articulação, para que seja possível o diálogo entre os demais da comunidade e com os atores políticos, administrativos e da gestão pública. Estar disposto ao cargo ou a função de liderança é oneroso e muitas vezes, isso se dá pelo fato de não existir muitos com o interesse de arcar com esse peso. E, por conta de serem expostos a situações que exigem uma ação, alguns sujeitos se lançam na luta, para conseguirem mudar o cenário. Mas como visto nas entrevistas, a ferramenta mais efetiva era e continua sendo a educação, que possibilita ao sujeito se amparar e ter a possibilidade realizar mobilizações, se organizar e estar presente nos espaços de tomada de decisão, para fazer a disputa e obter para a pesca artesanal o devido tratamento que a classe precisa.

### 3.3. Questões Emergentes

Por fim, trazemos a questão do esvaziamento geracional, no qual o *Entrevistado 1* relata acerca da diminuição dos jovens na atividade.

Inclusive isso é um problema, porque, acaba que todo mundo que pode sair, saiu, né, e aí a gente tem um problema geracional de lideranças, porque de um determinado período, principalmente com, aí é minha opinião assim, posso estar equivocado, enfim... mas acho que com os avanços das políticas sociais do governo PT, **muita gente saiu, muito mais do que saía antes, conseguiram estudar enfim** e tal, quem pode sair saiu, . Então **tem um problema geracional, assim, que a gente tá tentando trabalhar, né.**

Adiante, o *Entrevistado 4* relata que:

vou te dizer, sinceramente hoje, eu tô com uma grande frustração nessa luta, porque, é como tu bater num pneu, né, tu bate mas não tem eco ou tu não tem reciprocidade, aquele povo que a gente lutava, que [incompreensível], que era defesa do índio. Aquele índio, hoje ele tá, aquele pescador daquela época, muitos morreram, né, maioria morreram, era aquele cara que a gente sorria, sofreram juntos, muitos morreram, os velhos se foram e a turma que a gente tem agora é um pescador diferente, ele é um pescador moderno, então ele precisa ser adaptador a situação do momento, apesar que nosso momento mudou muito, porque tudo... tudo foi se transformando, então eu acho assim ó, a questão da liderança, **nós precisamos preparar mais gente.**

Conforme relatado por Kalikoski & Vasconcellos (2013, p.ix), no ano de 2013, havia um número muito pequeno de pescadores jovens na atividade.

Existem poucos pescadores jovens envolvidos em pescarias artesanais (12,8% têm menos de 30 anos de idade). O baixo recrutamento de indivíduos para a pesca, associado à sobreexploração de recursos, representa uma ameaça à continuidade da atividade no estuário da Lagoa dos Patos no médio-longo prazo.

Isso porque a juventude, possuindo outras formas de alcançar um padrão de vida que se configure menos desgastante e mais rentável, opta por não continuar na pesca. Mas acerca dos que ficam ou pretendem ficar na atividade, quais as ações que são tomadas pelo poder público no intuito de se garantir que possuam saberes, acesso a estudos que possam auxiliá-los no exercício da pesca e nas relações com os demais? Questão necessária, pois o



aprendizado é necessário para o desenvolvimento do senso crítico, da formação de opinião, para a tomada de decisões e construção de uma comunidade mais fortalecida, que almeje a adequada prestação de serviços públicos e possa exigir seus direitos perante o Estado. Como dito pelo *Entrevistado 1*:

eu tô agora, pentelhando com esse troço dos jovens, porque eu acho que esse é o momento assim que a gente tem, de pegar essa gurizada que tá entrando, tá conseguindo, que conseguir estudar enfim e tal, e formar uma massa, não dá para dizer que é uma massa crítica, mas formar uma gurizada com pensamento que possa contribuir com a pesca **e que tenha essa** [...]

É interessante observar a lembrança que o *Entrevistado 1* tem da sua época de escola, principalmente acerca da evasão escolar. Vide abaixo:

[...] o número de jovens nas comunidades que chegaram ao ensino médio é, se tu compara, nunca olhei isso, assim, mas o sentimento que eu tenho e a percepção que eu tenho é de que, sei lá enfim, é que é muito, muito maior do que foi na minha época, por exemplo, cada ano desistia vinte, trinta, no meio do ano, assim, mas eu lembro tá, eu quando entrei na primeira série, a gente tinha cinco turmas, eram cinco primeiras certo, que eu era da primeira cinco, e era uma média de vinte e cinco alunos, então, a gente entrou em cento e vinte e cinco, quando eu cheguei, sai na oitava, nós éramos onze, o resto ficou pelo caminho, entendeu, isso hoje com o bolsa família, hoje não, né, essa galera do Bolsa Família hoje tá, muitos já tão na universidade, pessoal foi indo, né, então, assim, eu acho que esse é o momento histórico e por isso que eu tô pentelhando com essa política, da gente investir nesse jovem, a gente que luta pela pesca, enfim, investir nesse jovem.

Esse investimento, como manifestado, é essencial para a formação de uma juventude oriunda da pesca que trabalhe e pense em prol de melhorias para a classe, bem como possua a adequada identidade social com a comunidade, para que busquem a construção de novas possibilidades, mas que não esqueçam as conquistas já existentes, que precisam, a todo tempo, serem lembradas sob pena de se perder os direitos adquiridos. Como dito pelo *Entrevistado 1*, os acadêmicos por vezes não têm ideia do quanto o seu curso se relaciona com a pesca artesanal.

investir nesse jovem que chegou, entendeu, assim, e pra que não aconteça de... pra investir nele, que ele possa olhar, enfim, eu perguntei se tinha uma menina que faz, a gente tá querendo organizar um encontro aí de jovens estudantes de comunidades pesqueiras,

enfim, a história da pandemia nos quebrou um pouco, mas eu perguntei se quando a gente começou com isso assim, é uma menina que faz enfermagem, e para uma outra que faz engenharia hídrica, o que que, o que elas estudam tem a ver com a pesca, e elas não tinham essa noção. Perguntei se sabiam toda a questão hídrica da lagoa, não sei o que e tal, sabe todos os problemas de saúde do pescador, da pescadora. **Então se a gente consegue provocar isso nesses jovens, talvez eles vão olhar para pesca com outro olhar, entendeu**, senão o cara vai ficar estudando como é que os canos se conectam [...].  
(grifo nosso)

E essa relação pode também não existir de imediato, pois o que se pensa acerca da pesca é apenas da captura, enquanto existe todo o processo da cadeia produtiva, como apontado por Walter *et al* (2018, p. 2009).

Com unidade de produção comumente familiar, o envolvimento de familiares se dá em diversas etapas da atividade pesqueira, seja na captura na lagoa, seja em terra por meio da manutenção de petrechos, beneficiamento do pescado e/ou comercialização.

E esse processo é constituído por pessoas, que necessitam de serviços de saúde, de odontologia, jurídicos, pedagógicos. A academia tem muito mais a contribuir para a pesca e a aprender com ela do que se pensa. Basta observar, perguntar e querer construir com os sujeitos.

## **4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA OU COM A PESCA ARTESANAL?**

### **4.1. Aspectos políticos da Educação Ambiental**

A Educação Ambiental vem sendo constituída numa visão que compreende uma série de responsabilidades e ações para construção de uma sociedade justa e sustentável, garantindo a existência humana como integrada à ideia de meio ambiente, buscando superar a separação entre a humanidade e natureza.

Entende-se que o papel da Educação Ambiental é constituir sujeitos com potencial de transformar, criticar e buscar construir novas possibilidades sociais e ambientais, como dito por Loureiro (2004, p. 29):

A Educação Ambiental promove a conscientização e está se dá entre o “eu” e o “outro”, pela prática social e reflexiva e fundamentada teoricamente. A ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida.

Entretanto, cremos que isso não se dará apenas no campo teórico e acadêmico, mas sim por meio da ação comunitária e dos movimentos sociais, organizados e articulados, buscando em conjunto a construção de uma sociedade melhor, que almeje a justiça social e ambiental, que socialize os lucros das atividades econômicas que causem danos e impactos ambientais ao contrário do que vemos hoje, em que o dano ambiental é compartilhado com toda a sociedade.

Ou seja, que busque um enfrentamento à sociedade consumista e excludente, como visto nos recentes e trágicos casos de Brumadinho e Mariana (MG), em que o dano acaba por ser dividido com toda a sociedade, enquanto grandes empresas auferem todo o lucro, deixando inúmeras comunidades em miséria, além de destruir e degradar o ambiente, as unidades de conservação e outras áreas legalmente protegidas próximas e até o oceano, afetado por conta do transporte dos dejetos que se deslocaram por meio pluvial.

Nesse sentido, a Educação Ambiental pode se constituir em estratégia para a mobilização social e contribuir para a organização comunitária e política, e para o fortalecimento da Gestão Ambiental Pública. Cabe assim, conceituar essa Gestão Ambiental Pública, na perspectiva que a entendemos conforme o materialismo histórico-dialético. Para tal, Quintas (2006, pg. 30) traça pontos que podem orientar tal compreensão:

Gestão ambiental, portanto, é vista aqui como o processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal.

Essa Gestão Ambiental deve lidar com situações conflituosas e saber ouvir todas as vozes, de forma que não só os que possuem mais poder façam valer suas vontades. Como explicitado por Acselrad (2004, pg. 03), ao falar sobre conflitos ambientais, em que:

(...) grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas que adotam de apropriação do meio ameaçada pelos impactos indesejáveis decorrentes das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. O tipo de conflito que aqui identificamos tem por arena uma mesma unidade territorial compartilhada por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis que a atividade de um dos agentes produz sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes

Conforme estipula o art. 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988):

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, **impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.**

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(grifo nosso)

Conforme dito no *caput* do artigo, todos e todas tem direito a um ambiente saudável, sendo dever do Estado e de toda a sociedade, zelar e manter esse ambiente. E nessas obrigações, diversos atores se manifestam, tanto públicos quanto privados, com interesses diversos para o uso, exploração e transformação da natureza, como expõe Quintas (2006, pg.24): “pode-se entender atores sociais como agrupamento de pessoas, (coletivos) com formas de organização variadas e características específicas, que distinguem um grupo de outro[...]”.

Assim, para Quintas (2006, pg. 30):

Portanto, a prática da gestão ambiental não é neutra. O Estado, ao tomar determinada decisão no campo ambiental, está de fato definindo quem ficará, na sociedade e no país, com os custos e quem ficará com os benefícios advindos da ação antrópica sobre o meio físico-natural ou construído. Daí a importância de se praticar uma *gestão ambiental participativa*. Somente assim é possível avaliar custos e benefícios de forma transparente.

Quando se observa a ausência da neutralidade na gestão ambiental, de forma que fica explícito os interesses de determinados grupos que vão direcionar as ações e políticas conforme os seus interesses, e, essa tomada de decisão é restrita, pois muitas pessoas que são afetadas por tais ações e ficam impossibilitadas de se manifestar nos espaços em que essas decisões ocorrem.

Quintas (2006, pg. 30-31) diz que:

o poder de decidir e intervir para transformar o ambiente (ou mesmo para evitar sua transformação), físico-natural ou construído, e os benefícios e custos dele (do uso do poder) decorrentes, estão distribuídos *social e geograficamente* na sociedade de modo *assimétrico*. Por serem detentores de *poder econômico* ou de *poderes outorgados pela sociedade*, determinados atores sociais possuem, por meio de suas ações, capacidade variada de influenciar direta ou indiretamente na transformação (de modo positivo ou negativo) da qualidade ambiental.

Compreender que esses homens e mulheres, costumeiramente alienados pelo capital podem estar atuando ativamente na proteção dessas

áreas é essencial, pois ao contrário da proteção estatal, que pode ser utilizada por forças do capital para fazer vistas grossas a grandes empreendimentos minerais e do agronegócio, essas comunidades zelam e buscam proteger o ambiente que vivem, já que entendem a importância disso para a sua sobrevivência. Não há Educação Ambiental sem as comunidades e movimentos sociais, assim como não existe sociedade moderna sem luta de classes. Esses espaços estão em constante disputa, e as comunidades e a natureza estão sendo derrotadas aos poucos.

Por conta do debate sobre a Gestão Ambiental, entendemos que a problemática é dos homens e mulheres da nossa sociedade, que por vezes não se dão conta dos impactos ambientais que acontecem, pois estão na faina diária para garantir a sobrevivência. Essas pessoas ignoram ou não compreendem os danos a que estão sendo expostas por conta da poluição, consumo de alimentos ultra processados e produzidos com enormes quantidades de agrotóxicos.

O agrotóxico utilizado na produção de arroz e soja irá afetar diretamente a atividade pesqueira artesanal em lagos e lagoas adjacentes, como se observa no exposto por Burger (2000, p.10) ao dizer que: “as lagoas e banhados sofrem também os impactos da contaminação por agrotóxicos, das águas que retornam das lavouras”. Nesse aspecto, iremos questionar se a Educação Ambiental pode atender à necessidade estratégica para a superação do conflito (uso vs. proteção da biodiversidade), e porque é necessário incluir as comunidades, movimentos sociais e lideranças comunitárias para a consolidação e fortalecimento dos grupos que muitas vezes se relacionam com as áreas protegidas por conta do extrativismo, como é o caso da pesca artesanal. É mito e, portanto, inviável crer que proteger áreas específicas irá garantir que não sejam impactadas pela expansão do capitalismo direta ou indiretamente, em seu modelo urbano industrial, ou seu modelo agrícola com alto uso de agrotóxicos.

#### **4.2. Olhares da Educação Ambiental Crítica sobre a Pesca Artesanal**

Durante toda a escrita, narrou-se as relações dos sujeitos com os territórios, com a captura, com a administração pública, com os demais membros de suas comunidades, e questionando-se acerca das dificuldades existentes na

atividade em si, além das causadas por descaso da gestão pública, bem como os efeitos oriundos das ações do capital.

Percebemos como essas relações estão imbricadas com o ambiente físico e social, e que essa tradicionalidade da pesca artesanal é uma forma de vida, que existia antes da queda do recurso pesqueiro na região. Também, observamos o mesmo Estado restringindo a pesca artesanal, por meio de leis e instruções normativas, enquanto nega acesso à serviços básicos como a emissão registro geral de pesca – RGP, que atesta o exercício da atividade, e por consequência irá impedir o recebimento do benefício seguro-defeso.

Mediante a compreensão dessas questões, as lideranças valorizam a educação, e entendem a importância da formação para um futuro menos difícil, pois os mesmos gostariam da oportunidade de conseguir estudar e foram impedidos pela necessidade de sobreviver, ajudando a família, ou até mesmo sendo responsáveis pela subsistência. Buscar compreender esses eventos e querer mudar a atualidade, é responsabilidade do educador ambiental, e para isso, importa aprender os processos formativos dos sujeitos, e as restrições que lhes foram impostas.

De modo prático, claro e pontual, Pereira (2006, p. 53) diz:

que respeitamos temos o dever, como educadores, de propor novas possibilidades, quando essa constitui motivo de alienação e mantenedora do *status quo*, construindo coletivamente conhecimentos, ampliando a compreensão da realidade complexa e chegando a alternativas aceitas como válidas para o grupo ou classe social.

Ora, para que alcancemos o que se conceituaria como Educação Ambiental Crítica, “transformadora e emancipatória, que tem como *finalidade* contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável e como *propósito imediato* a intervenção qualificada” (QUINTAS, 2009, p. 68), é preciso ir além dos corredores, das salas de aulas das universidades, e adentrarmos nas vilas, nas comunidades, onde o povo está, o povo carente, esquecido e largado à própria sorte, servindo apenas como recurso eleitoral e

massa exploratória de falsos profetas ocultos atrás de denominações religiosas diversas.

A Educação Ambiental Crítica deve, como em si mesma diz, estar no ambiente, relacionada ao sujeito e o seu local de viver, alcançando o “todo o mundo” do sujeito como exposto por Anello (2009, p. 42):

para o processo educativo, a questão central não é definir a totalidade, mas a forma como nos relacionamos com o nosso “todo” no processo em que estamos inseridos, seja como educador, seja como educando. O “mundo”, no entender freireano, pode ser a totalidade. Portanto, quando Freire (1982) diz que “nos educamos mutuamente mediatizados pelo mundo”, parte do pressuposto de que o mundo é a nossa totalidade. Por isso, o processo educativo tem que estar contextualizado em uma perspectiva do mundo do educando. Por exemplo, falar que: “Eva viu a uva” não gera significado para um grupo de alfabetizados que nunca viram uma uva.

Entender que esse mundo é uma lagoa, um estuário, e os elementos naturais ali presentes, assim como o fator humano que causa interferência no ambiente, e que em muitos casos, o sujeito não possui condições de avaliar as interferências e também é desprovido dessa possibilidade, por condições excludentes de acesso ao ensino formal, pois como já mencionado, a escolaridade de muitos não passa do ensino fundamental, bem como não há espaço para fazer algo mais, senão trabalhar, dia após dia, para sobreviver.

Pereira *et al* (2008, p. 378) diz que:

O nosso entendimento é que o trabalho do pescador constitui um leque de significados e sentidos estéticos que precisam ser revistos através da educação ambiental transformadora à luz da teoria crítica e do materialismo histórico-dialético. Acreditamos que isso só será possível se nos detivermos nos processos de trabalho como produção histórica buscando as formas de resistência da pesca artesanal mesmo no contexto capitalista.

E complementando esse raciocínio, o dito por Anello (2009, pg. 43):

A totalidade das relações de trabalho e comercialização da pesca pode ser entendida como cadeia produtiva ou cadeia de valor, que engloba todas as atividades, desde o preparo da embarcação e dos petrechos,



o beneficiamento e a comercialização dos produtos. Considera ainda o conjunto de crenças e mitos que essas populações e grupos sociais construíram em suas relações históricas com o ambiente costeiro. Também inclui a forma como a expansão do capitalismo rompeu essas relações sociais e como esses modos de produção, organizados localmente, com base nas relações comunitárias e intercomunitárias, se relacionam com os sistemas econômicos do capitalismo nas diversas escalas produtivas (regional, nacional e internacional).

Assim, temos que a pesca artesanal é mais uma das tantas atividades que sofrem com a ação do capitalismo selvagem e destrutivo, que envenena as águas, vende as terras, polui o ar e desvaloriza o trabalho do sujeito ao não permitir a venda do pescado a preço justo e ainda dificultar que as comunidades trabalhem de modo cooperativado ou associado.

Como mencionado no item 1.3 desta dissertação, o capital e a burguesia não estão preocupados com a sociedade local e suas aflições diárias, pois isto não lhes afeta e nem incomoda. Para esse capital, a classe pesqueira artesanal é só mais um grupo de trabalhadores que podem ser explorados e gerar mais lucro.

Dessa forma, quando a Educação Ambiental Crítica atua com os pescadores e pescadoras, dialogando com a classe, querendo construir com, não para ou por, é possível se alcançar as pretendidas modificações. Isso é um esboço do possível, mas é o caminho mais apropriado, na nossa percepção de mundo e de Educação Ambiental Crítica, que corrobora com Loureiro (2004, pg. 3), quando diz que ela é

um processo educativo permanente que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente.

Como mencionado pelo *Entrevistado 4*, o pescador “não tem tempo para pensar até amanhã ele só pensa hoje, porque ele tem que comprar *boia* (para manter parte das redes sob o nível da água), ele tem que comer, ele tem que ter dinheiro”, e que mesmo com o trabalho educativo, o desafio da sobrevivência em um mundo de desigualdades exige cada vez mais um trabalho bem articulado e pensado, pois esse sujeito da pesca em algumas situações está numa situação

impossível, na qual ou ele comete o delito e pesca, ou deixa de pescar e fica sem recursos, “nós estamos fazendo um trabalho educativo, se puder convencer o cara, porque o cara, porque o cara diz que: eu sei que eu tô errado, mas eu vou ganhar de que jeito? esse aqui é meu ganho, aí tu tem que fazer o quê?”.

Por tal exposição, temos que a Educação Ambiental Crítica, em suas práticas, deve alcançar o sujeito tomando as precauções de não o demonizar, mas sim apontar os responsáveis pela situação a qual esse sujeito é colocado, que é a condição de excluído que não possui outra escolha, como dito por Loureiro (2004, pg. 5), “educar é agir conscientemente em processos sociais que se constituem conflitivamente por atores sociais que possuem projetos distintos de sociedade, que se apropriam material e simbolicamente da natureza de modo desigual”. Isso é bem exposto por Pereira *et al* (2008, p. 385):

A pesca deve representar para o pescador o ente social que precisa ser preservado. No trabalho alienado o pescador quer matar o seu objeto social, extinguir sua própria comunidade. Quando o pescador ‘mata’ o peixe está matando a si mesmo.

Como mencionado no capítulo anterior, a diminuição do recurso pesqueiro está acontecendo rapidamente, e se mostra, conforme previsto, na consequente diminuição da juventude que se relaciona com a atividade. Ou seja, com o aumento da captura, diminuiu o recurso pesqueiro, e de forma diretamente relacionada, ocorre o que foi mencionado pelo *Entrevistado 1*, quando comentou sobre o problema geracional da pesca, no item 3.3 do Capítulo 3 (questões emergentes).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, na busca por compreender como se dão os processos formativos das lideranças, bem como qual as contribuições que a Educação Ambiental pode garantir nessa relação de saberes e discussões constitutivas, pode-se afirmar que a constituição dos sujeitos se dá no vínculo familiar, nas relações com os demais membros da comunidade, e que a liderança é uma questão manifestada como meio na busca para transformar a realidade daquele sujeito e dos demais a sua volta.

Para compreender o processo educativo como prática social na formação das lideranças comunitárias, analisando a fala dos entrevistados, observou-se que a relação familiar, seja pai e mãe, tios, primos e avós, é fundamental para formação do sujeito, de forma que a sua infância, conforme dito pelo *Entrevistado 3*, que relatou ter iniciado na atividade aos 9 anos de idade.

Essa relação de ensino da atividade, do saber fazer, na qual a família é a educadora do sujeito para que este desempenhe a atividade, ainda numa idade que está se desenvolvendo enquanto pessoa no mundo. A situação acaba por limitar o acesso à escola, pois havia a necessidade de ajudar a família na subsistência. Observamos na fala do *Entrevistado 1*, que as políticas públicas da gestão Lula (2003-2010) foram essenciais, pois garantiram aporte financeiro às famílias, mediante frequência escolar.

Durante as entrevistas, uma fala recorrente era acerca da vontade de ter continuado os estudos formais, mas devido à questão financeira da família, a atividade na pesca era necessária. Inclusive, por conta desses ocorridos, os relatos acerca da atual conjuntura na pesca mostram que há uma crise geracional, conforme explicitado pelo *Entrevistado 1*, uma vez que todos os que tiveram a oportunidade de sair da pesca para outra atividade, foram e não desejam voltar.

Segundo o *Entrevistado 4*, o retorno à pesca artesanal tem se dado, atualmente, por conta do aumento das desigualdades nos centros urbanos, em que as pessoas acabam retornando ou iniciando à atividade para sobrevivência, pois para sustento familiar, a pesca é única opção digna, apesar das dificuldades e diminuição do recurso pesqueiro.

Acerca da prática social no processo educativo da formação das lideranças comunitárias, percebemos que a relação entre as pessoas da comunidade foi essencial, seja antagonizando, seja incentivando. Isso foi relatado pelo *Entrevistado 2*, por conta de uma pessoa da comunidade que estava realizando denúncias para prejudicar os demais e se projetar politicamente. Inclusive, ações em prol da comunidade se torna uma maneira de alguém se destacar, intencionalmente ou não.

Entendemos que essas ações dos sujeitos com expectativa a lideranças não são ingênuas, pois fazer para a comunidade também lhe beneficia, e o reconhecimento da comunidade só virá com ações reais que alcancem o grupo, de modo efetivo. Como dito pelo *Entrevistado 4*, o pescador sabe fazer a leitura do mundo e da intencionalidade do interlocutor, então não será seduzido por promessas fáceis.

Para compreender como se articula o processo de formação de lideranças na perspectiva da Educação Ambiental Crítica, observamos que os entrevistados, que hoje são considerados lideranças, trilharam um caminho de aprendizado, na atividade, nas relações com os seus da comunidade, com sujeitos externos, e aprenderam com aqueles que estavam na liderança anteriormente. Como dito, atualmente existe o problema geracional, mas no período que as atuais lideranças iniciaram a caminhada, eram eles os jovens que buscavam mudar o estado das coisas.

Hoje, vemos a importância da participação dos educadores ambientais no contexto da pesca artesanal, a fim de dialogar, aprender e buscar construir melhorias para a classe, por meio do diálogo e dos debates, para que a classe esteja capacitada para compreender acerca da sua importância na questão de proteção ambiental, e para que possam construir, conjuntamente, uma frente de resistência aos desmontes promovidos pelo estado capitalista brasileiro. Como dito pelo *Entrevistado 4*, “muita coisa é feita no nome do pescador, e não é feito com o pescador”, e isso deve estar muito claro ao educador ambiental, nosso papel é o de ouvinte, antes de tudo, pois muitos querem falar sobre e para a classe, mas poucos se prestam a ouvir.

No intuito de caracterizar a atuação das lideranças no ordenamento da gestão da atividade pesqueira artesanal, observamos a atuação diante o

descaso do estado, ao elaborar normativas sem consultar a classe, no que se refere a instauração da Portaria MMA 445/2014 (BRASIL, 2014), em conjunto com a Lei Estadual nº 51.797/2014 (Rio Grande do Sul, 2014), que elencaram os bagres marinhos das espécies *Genidens barbatus* e *Genidens planifrons* como espécie ameaçada de extinção e proibida a captura desde 2016 (WALTER *et al*, p. 201).

Também houve a necessidade de lidar com a precariedade estatal, advinda da extinção do Ministério da Pesca e do desmonte das secretarias do governo federal, que causam até o presente momento, inúmeros transtornos para a classe, pois os documentos que não estão sendo emitidos são necessários para a comprovação da atividade e a solicitação do seguro-defeso, que por conta dessas situações, muitas vezes é indeferido, em momentos de maior necessidade. Na busca de resolver essa situação, houve o contato entre as lideranças, associações e entidades que auxiliam a classe, para ingresso de ações, coletivas e individuais, visando garantir a emissão dos documentos e deferimento dos benefícios de seguro-desemprego.

Por fim, observamos o desvelar e ressignificar das percepções de mundo do pesquisador, que se origina de uma visão ingênua acerca da pesca artesanal e se dá conta das diversas dificuldades que se apresentam. Enquanto servidor terceirizado da Defensoria Pública da União, o contato com a pesca sempre se deu em um ambiente confortável ao pesquisador, numa hierarquia de poder, ainda que se buscasse o afastamento de tal relação, e mesmo assim havia, da parte dos pescadores e pescadoras, um temor e receio pela situação. Isso implica diretamente no conhecimento dos direitos básicos daquele local e em todos os outros, o servidor público atua em prol do cidadão, em prol da sociedade.

Nesta caminhada, pode-se compreender que há muito que se fazer, ou seja, um trabalho hercúleo, e que sempre haverá desafios, mas é nosso dever alcançar o máximo possível de pessoas com o nosso trabalho, e com os processos educativos, as pessoas possam acessar os serviços, exercerem seus direitos e lutarem, de todas as formas, para ocuparem os espaços, sem retroceder jamais. Não existe pesca artesanal sem a tradicionalidade, nem tradicionalidade sem as relações familiares e sociais nos territórios das

comunidades pesqueiras, e essas comunidades não existem sem o ambiente em que estão inseridas, e esse ambiente requer cuidados de toda a sociedade e Estado, e se esse ambiente não estiver equilibrado, ocorre a extinção da pesca artesanal, resultando centenas de famílias estarão sem acesso à subsistência. Como já dito anteriormente, a pesca artesanal é uma atividade laborativa, e assim, o pescador e a pescadora são trabalhadores, que unidos podem construir e fazer mais.

Como resultado dessa pesquisa, é possível dizer que “A relação da Educação Ambiental com o processo de formação das lideranças comunitárias na pesca artesanal no sul do Rio Grande do Sul” está ligada ao aprendizado das práticas tradicionais desenvolvidas pelos pescadores e pescadoras, e que essas práticas são construídas na comunidade, entre os familiares e demais membros dos grupos sociais comunitários. As evoluções tecnológicas foram aprendidas na construção social da atividade, as conquistas de direitos foram obtidas através da luta da classe, reivindicando e protestando, ocupando os espaços e se fazendo ouvir.

As implicações ambientais também afetaram a pesca artesanal, assim como as relações familiares dentro desse contexto, pois houve época que a pesca era difícil, mas haviam recursos pesqueiros, enquanto nos anos mais recentes, a atividade continua difícil, mesmo com os recursos tecnológicos, por conta da escassez das espécies. Além disso, as dificuldades de reconhecimento da classe não diminuíram, de forma que ser um pescador, uma pescadora, que exerce a prática tradicionalmente, vem a ser um desafio. O futuro da pesca é difícil dadas as condições atuais, seja na questão ambiental, jurídica ou política.

Acreditamos que seja possível construir e transformar essa realidade que a pesca artesanal se encontra, e dentre os diversos atores com possibilidade, a Educação Ambiental e seus educadores e educadoras são essenciais, desde que tenham o devido cuidado de trabalhar com e não para. Reconhecer a potência desse grupo, estimular suas possibilidades e atuar para que, por ação intencional do próprio sujeito se manifeste a vontade de lutar e construir novos caminhos ou ainda, tomar outros espaços, com dignidade e justiça, de forma que seja possível manter a continuidade de suas atividades, garantindo em conjunto, a proteção dos espaços naturais para a atividade e toda

a coletividade. O futuro da pesca artesanal e da comunidade pesqueira tradicional está acontecendo agora, e é tempo de pensar, dialogar, ouvir, para então agir e construir as transformações necessárias. É nosso dever, enquanto agraciados pelo acesso aos serviços públicos de educação, atuar para que quem não pode acessar, também possa ter sua dignidade garantida.

**“Muita coisa é feita no nome do pescador, e não é feito com o pescador”**

*Entrevistado 4,*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental In: *Encontro e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. 2005. p. 217 - 228.

Disponível em:

<[http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/encontros.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf)>. Acesso em: 24 out. 2020.

ACSELRAD, Henri. *Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental*. Estudos Avançados, [s.l.], v. 24, n. 68, p.103-119, 2010. FAPUNIFESP. (SCIELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142010000100010>

ALENCAR, Edna Ferreira.; PALHETA, Sandra Pereira.; SOUZA, Isabel Soares de. Trabalho na pesca, ação política e identidade: as mulheres da colônia de Pescadores Z-32 de Maraã- Amazonas. In: SCHERER, Elenise Faria. (Org.). *Aqui estamos: entre as águas dos mares, águas dos rios, nas terras de trabalho na pesca artesanal*. 1º Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ALVARO, M. R. G. M.; SAN MARTIN, M. C. Cadeia Produtiva de Pescado no Sul do Rio Grande do Sul. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 4, n. 10, p. 70–81, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.4023350. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/49>. Acesso em: 27 fev. 2021.

BASAGLIA, Thaís Pereira. Lagoa mirim: caracterização da pesca artesanal e composição da captura. 2008. 80 f. Dissertação (Mestrado em Biologia de Ambientes Aquáticos) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2008.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <



[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm#:~:text=L9605&text=LEI%20N%C2%BA%209.605%2C%20DE%2012%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20san%C3%A7%C3%B5es%20p enais,ambiente%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm#:~:text=L9605&text=LEI%20N%C2%BA%209.605%2C%20DE%2012%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201998.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20san%C3%A7%C3%B5es%20p enais,ambiente%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. >)  
>. Acesso em 20 de fev. de 2021.

BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999.* Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)>. Acesso em 20 de Maio de 2021.

BRASIL. *Lei nº 10.779, de 25 de Novembro de 2003.* Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.779.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.779.htm). Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. *Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP N° 2, de 9 de Fevereiro de 2004.* Disponível em: <[https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/legislacao/defesos/inc-mma-seap-no-2\\_02\\_2004.pdf/view](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/legislacao/defesos/inc-mma-seap-no-2_02_2004.pdf/view)>. Acesso em: 20 de fev. 2021.

BRASIL. *Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP N° 3, de 9 de Fevereiro de 2004.* Disponível em: <[https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao\\_normativa/2004/in\\_mma\\_seap\\_03\\_2004\\_regulamentapescalagoadospatos\\_rs.pdf](https://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2004/in_mma_seap_03_2004_regulamentapescalagoadospatos_rs.pdf)>. Acesso em 20 de fev. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.* Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em 20 de fev. de 2021.

BRASIL. *Instrução Normativa nº 197, de 2 de Outubro de 2008.* Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=92&data=03/10/2008>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. *Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019*. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art6](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art6)>. Acesso em 20 de fev. de 2021.

BRASIL. *Portal da Transparência*. Disponível em: <<http://www.transparencia.gov.br/beneficios/seguro-defeso?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2Cuf%2Cmunicipio%2Ccnpj%2Cnis%2Crgp%2Cbeneficiario%2Cvalor&de=01%2F10%2F2020&ate=30%2F11%2F2020&uf=RS&municipio=21043&ordenarPor=portaria&direcao=asc>>. Acesso em 20 de fev. de 2021.

BURGER, Maria Inês. *Situação e Ações Prioritárias Para a Conservação de Banhados e Áreas Úmidas da Zona Costeira*. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica, 2000. Disponível em: <[http://brazilrounds.anp.gov.br/arquivos/Round7/arquivos\\_r7/PERFURACAO\\_R7/refere/Banhados.pdf](http://brazilrounds.anp.gov.br/arquivos/Round7/arquivos_r7/PERFURACAO_R7/refere/Banhados.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2020.

CARDOSO, HAIMOVICI, ABDALLAH, DUMONT. 2018. Efeitos para o setor pesqueiro do deslocamento do arrasto de fundo para além da 12 milhas náuticas na costa do Rio Grande do Sul. Relatório Técnico, Universidade Federal do Rio Grande. Disponível em: <[https://demersais.furg.br/images/Cardoso\\_et\\_al\\_2018\\_Efeitos\\_para\\_o\\_setor\\_pesqueiro\\_do\\_deslocamento\\_do\\_arrasto\\_de\\_fundo\\_para\\_alm\\_da\\_12\\_milhas\\_nuticas\\_na\\_costa\\_do\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Sul.pdf](https://demersais.furg.br/images/Cardoso_et_al_2018_Efeitos_para_o_setor_pesqueiro_do_deslocamento_do_arrasto_de_fundo_para_alm_da_12_milhas_nuticas_na_costa_do_Rio_Grande_do_Sul.pdf)>. Acesso em 20 de fev. de 2021.

DIEGUES, Antônio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983. 292.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. Editora Hucitec, NUPAUB, São Paulo, 1996.

Diegues, A.C.; Arruda, R. S. V. (Orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: MMA; São Paulo:USP, 2001.

FANNON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 40. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JUSTO, Felipe da Silva; ROSA, Clara da; ANELLO, Lúcia de Fátima Socoowski de. *Marxismo, Educação Ambiental Crítica: Superando a Alienação do Capital*. In: Costa, José Ricardo Caetano; Soares, Hector Cury; Costa, Eder Dion de Paula (Org.). *Cadernos CIDIJUS*. 1ed. Rio Grande: IBRAJU Edições, 2020, v. 1, p. 130-141.

JUSTO, Felipe da Silva; AMORIM, Filipi Vieira. *Aproximações entre legislação, pesca artesanal e educação ambiental*. Revista Caribeña de Ciencias Sociales (abril 2019). Disponível em <<https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/04/legislacao-pesca-educacion.html>>. Acesso em: 20 Fev. 2021.

Kalikoski, D. C.; Vasconcellos, M. *Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação*. FAO Fisheries and Aquaculture. Circular n. 1075. Rome: FAO, 2013.

LOPES, Mariana Sena; AMARAL, Nayara Felicíssimo; HUGUENIN, Fernanda Pacheco; BELO, Diego Carvalhar; SOUZA, Suelen Ribeiro de. Descaminhos da Escola: Trajetória de Vida das Mulheres Trabalhadoras da Pesca e os Desafios Para Inclusão Escolar. *Mares: Revista de Geografia e Etnociências*. v. 1 n. 1. Disponível em: < <http://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/19>>. Acesso em 20 de fev. de 2021.

LOUREIRO, C.F.B. “Educação Ambiental e Gestão Participativa na Explicitação e Resolução de Conflitos”. In: *Gestão em Ação*. v.7, no 1, jan./abr. Salvador, 2004. 16 p. Disponível em:

<<http://homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/FredericoLoureiro.pdf>>. Acesso em 20 de fev. de 2021.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.. Educação Ambiental e Epistemologia Crítica. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, [S.l.], v. 32, n. 2, p. 159-176, dez. 2015. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5536>>. Acesso em: 05 abr. 2020. doi:<https://doi.org/10.14295/remea.v32i2.5536>.

LUNA F<sup>o</sup>, Bráulio. Sequência básica na elaboração de protocolos de pesquisa. *Arq. Bras. Cardiol.*, São Paulo, v. 71, n. 6, p. 735-740, Dec. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0066-782X1998001200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X1998001200001&lng=en&nrm=iso)>. Aceso em 29 Julho 2020. <https://doi.org/10.1590/S0066-782X1998001200001>.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998. 256 p. Organização e Introdução: Osvaldo Coggiola; Tradução: Alvaro Pina.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. São Paulo. Hucitec, 1993.

MOURA, Danieli Veleda. *A Organização de Classe dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-3 (Pelotas-RS, Brasil) na Luta pela Cidadania e Justiça Ambiental: Contribuições à Educação Ambiental Crítica*. Tese de Doutorado. Rio Grande: Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2016. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000011005.pdf>. Acesso em 01 de Jun. 2020.

ODUM, E.P. 1986. Ecologia. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 434p.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza et al. A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. *Texto contexto - enferm.*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 96-105, Mar. 2005. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072005000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000100013&lng=en&nrm=iso)>. Aceso em 29 Julho 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072005000100013>.

PELLEJERO, Nadja Karin; COSTA, José Ricardo Caetano. Direitos e justiça (CIDIJUS/FURG): a proteção social dos pescadores e pescadoras do estuário da lagoa dos patos – o direito em busca do empoderamento e exercício da cidadania In: Costa, José Ricardo Caetano; Soares, Hector Cury; Costa, Eder Dion de Paula (Org.). *Cadernos CIDIJUS*. 1ed. Rio Grande: IBRAJU Edições, 2020, v. 1, p. 40-55.

PEREIRA, M.O.R., MOLON, S.I., LOUREIRO, C.F.B. O sentido estético e o trabalho criativo como elementos estruturantes de uma proposta de educação ambiental com pescadores artesanais. *Rev. Eletr. Mestr. Educ. Ambient.*, v. 21, julho a dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.remea.furg.br/edicoes/vol21/art25v21.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

PEREIRA, M. O. R. *Educação Ambiental com Pescadores Artesanais: um convite à participação*. Dissertação de Mestrado PPGEA – FURG, Rio Grande, 2006.

PIEDRAS, Sérgio Renato N., et al. *Caracterização da atividade pesqueira na Lagoa Mirim, Rio Grande do Sul*, R. Bras. Agrociência, Pelotas, v.18 n. 2-4, p.107-116, abr-jun, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/CAST/article/view/2500>>. Acesso em 20 de fev. 2021.

QUINTAS, José Silva. *Introdução à Gestão Pública*. II Edição. MMA/IBAMA, Brasília – DF, 2006.

QUINTAS, J.S. *Educação no processo de gestão pública: a construção do ato pedagógico*. In: Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (Orgs.) *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico* – São Paulo: Cortez, 2009. p: 33 – 80

RIO GRANDE DO SUL. *Decreto nº 51.797, de 8 de setembro de 2014*. Declara as Espécies da Fauna Silvestre Ameaçadas de Extinção no Estado do Rio Grande do Sul. DOE n.º 173, de 09/09/2014. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/legis/>>. Acesso em: fev. 2021.

ROSA, Clara da. *A perspectiva histórica dos pescadores tradicionais sobre a Lagoa do Peixe: antes e depois da criação do Parque Nacional*. Dissertação de

Mestrado PPGC – FURG, Rio Grande, 2013. Disponível em:  
<https://gerenciamentocosteiro.furg.br/images/dissertacoes/020-Clara-da-Rosa-Pereira.pdf>. Acesso em 21 de Jun. 2021.

SCHWOCHOW, Rosane & ZAMBONI, Ademilson. *O estuário da Lagoa dos Patos: um exemplo para o ensino de ecologia no nível médio*. Cadernos de Ecologia Aquática. v. 2, n. 2, p. 13-27, 2007.

SILVA, Luiz Geraldo. *Caiçaras e Jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980)*. São Paulo: Nupaub, 2004. 87 p.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo*. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

ZAPPELLINI, M. B., & FEUERSCHÜTTE, S. G. (2015). O USO DA TRIANGULAÇÃO NA PESQUISA CIENTÍFICA BRASILEIRA EM ADMINISTRAÇÃO. *Administração: Ensino E Pesquisa*, 16 (2), 241-273. Disponível em: <<https://doi.org/10.13058/raep.2015.v16n2.238>>. Acesso em 20 de maio de 2021:

WALTER, T.; CALDASSO, L. P.; MORAES, J. F. V.; SILVA, E. P.; ALMEIDA, I. F.; DIAS, T.. A pesca artesanal dos bagres no estuário da Lagoa dos Patos/RS: um debate sobre uma gestão pesqueira ancorada na injustiça ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 44, p. 199-222, 2018. Acesso em 20 de fev. 2021. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/54961/0>>. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v44i0.54>